



# Anais da Assembleia

Nº 125

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 01 DE OUTUBRO DE 1991

ANO XVII

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 99.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 1991

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti e Mário Bezerra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zamusso, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emília Belinati, Erondy Silvério, Ermani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, José Artur Ritti, José Tavares, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (50). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, José Alves e Nilton César (03). Achando-se em licença o Senhor Deputado José Afonso Júnior (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O .

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.

Aprovada, com ressalva do Senhor Deputado Mário Bezerra.

A Presidência pede aos estudantes o silêncio para que a sessão possa ter o seu andamento normal.

Esta Presidência reitera mais uma vez à nossa juventude para que haja silêncio na Casa, sob pena até de que tenhamos que suspender a sessão por alguns minutos, até que se restabeleça o silêncio na Casa.

A sessão precisa ter o seu andamento normal e para isso há necessidade do silêncio dos jovens que estão nas galerias.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagem:

MENSAGEM Nº 80/91

Curitiba, 27 de setembro de 1991.  
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva estabelecer normas em nível de legislação estadual, pertinentes à fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas no Estado do Paraná.

O Plano de Lei ora submetido a esta augusta Assembleia Legislativa, atende aos superiores interesses da Administração, eis que enseja um significativo passo com vistas ao desenvolvimento de ações num dos mais importantes campos da atividade do Estado, qual seja o da produção de alimentos.

Tal proposição consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, os quais mereceram posterior parecer favorável da Procuradoria Geral do Estado.

O titular da Pasta da Agricultura, em expediente a mim dirigido, asseverou:

"O Governo do Paraná, desde 1972, vem desenvolvendo ações na área de controle de qualidade de sementes e mudas, iniciando sua estruturação pela fiscalização do comércio, incluindo a área de certificação em 1977 pela EMATER, adicionando em 1981 a inspeção de semente fiscalizada, que juntamente com a certificação e a fiscalização do comércio, passaram a compor a estrutura que hoje a SEAB, através do DEFIS, utiliza nas áreas de controle de qualidade de sementes e mudas, serviços estes de competência do Ministério da Agricultura, como dispõe a Lei 6.507 de 19.12.77 e que são executados pelo Estado, por delegação.

As atividades executadas pelo Estado por força da Legislação, sempre se submeteram à normatização e procedimentos centralizados pelo Governo Federal, muitas vezes de forma incompatível à nossa realidade estadual. A arrecadação de taxas de serviços também são centralizadas através

do Fundo Federal Agropecuário, ocorrendo uma grave distorção no seu uso, pois se estas taxas tinham a função prevista em Lei de manter os serviços, raramente e em proporções muito reduzidas retornavam ao Estado, onde se deu o fato gerador das taxas.

Com a nova Constituição Federal, os Artigos 23 e 24 abrem a possibilidade da União e dos Estados atuarem e legislarem, cabendo à União legislar sobre normas gerais e ao Estado a competência da legislação suplementar ou até mesmo de legislar concorrentemente.

Observamos ainda que a Constituição do Estado do Paraná estabelece em seus Artigos 154, inciso III e 159, inciso II, que os serviços de inspeção e fiscalização de insumos agropecuários são funções do Estado, concluindo-se daí a possibilidade e até a necessidade de um ordenamento jurídico, em nível estadual, razão pela qual sugerimos a minuta da Lei Estadual, anexa, que transfere ao Estado a competência de legislar, exercer a inspeção e a fiscalização e arrecadar pelos serviços prestados.

Sob o ponto de vista político, considerando semente e muda como insumos basilares da produção de alimentos e do peso que a agricultura representa na economia paranaense, entendemos como fundamental que o Estado requeira através desta nova Lei, a responsabilidade definitiva, completando o ciclo com a análise laboratorial da produção e do comércio de sementes e mudas."

Ademais, por oportuno, vale adiante transcrever as conclusões do Parecer nº 261/91, da Procuradoria Geral do Estado, emitido em 1º de agosto de 1991, no processo protocolado sob nº 1.050.224-1/91:

..."A problemática diz respeito à competência legislativa. Está em vigor a Lei Federal nº 6.507 de 19.12.77, que trata das mesmas relações previstas pela minuta de Lei Estadual. O Estado poderá versar, em nível de Lei Estadual, sobre a fiscalização da produção e comércio de sementes e mudas, a despeito de Lei Federal compreendedora do assunto?

O interesse político está claro e bem justificado. Juridicamente, o interesse estadual também parece perfeito. A competência legislativa ditada pela Constituição Federal pode ser classificada em: a) exclusiva (por exemplo art. 25, §§ 1º e 2º); b) privativa (art. 22); c) concorrente (art. 24); d) suplementar (art. 24, § 2º, por exemplo). Ora, dentre aquilo que é de competência exclusiva da União, segundo previsão do art. 21 da Constituição Federal, não figura a fiscalização referida

Curitiba, terça, em 01.10.91

pela minuta de lei em apreço. Por outro lado, percebe-se no inciso VIII, do art. 23, ser de competência comum da União e dos Estados "fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar". Outrossim, o inciso V, do art. 24 da mesma Carta, considera que a União e os Estados podem legislar concorrentemente sobre a "produção e consumo". Ensina AFONSO DA SILVA, José, que a competência comum ou paralela

(...) significa a faculdade de legislar ou praticar certos atos em determinada esfera, juntamente e em pé de igualdade, consistindo, pois, num campo de atuação comum às várias entidades, sem que o exercício de uma venha a excluir a competência da outra, que pode assim ser exercida cumulativamente (art. 23). A concorrente é um conceito que compreende dois elementos: 1) possibilidade de disposição sobre o mesmo assunto ou matéria por mais de uma entidade federativa; 2) primazia da União no que tange a normas gerais (...). ("Curso de Direito Constitucional Positivo", RT, 1991, págs. 414-5).

A produção de sementes e mudas é muito interessante ao Paraná, pois grande parte de suas transações comerciais envolvem aspectos agrícolas. A fiscalização nesta área, garantindo qualidades, pode perfeitamente ser compreendida como resultado do exercício da competência legislativa sobre a "produção", ou, sobre a promoção do desenvolvimento da produção agropecuária (inciso VIII, do art. 23, da Constituição Federal).

Isto posto, o Estado pode exercer o Poder de Polícia na fiscalização da produção e comércio de mudas e sementes, pois estará salvaguardando interesses pertinentes ao seu âmbito de ação, mesmo que à primeira vista, face a existência de Lei federal já disciplinar o assunto, parece tratar-se de problema afeto à União. Haverá competência concorrente quando o interesse de pessoas políticas diferentes se justaponham (BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio, "Elementos de Direito Administrativo", RT, 1986, pág. 187).

Certamente atendendo a interesses desta ordem o legislador da Constituição Estadual consignou o inciso III, do art. 154 e o inciso II, do art. 159, nestes termos:

Art. 154 - A política agrícola estadual será planejada e executada, na forma da lei, com a participação paritária efetiva dos produtores e trabalhadores rurais (...) cabendo ao Estado:

.....

III) a inspeção e fiscalização da produção, comercialização e utilização de

insumos agropecuários;

Art. 159 - O Estado, adotando as medidas cabíveis:

.....

II) inspecionar, classificar e estabelecer padrões de qualidade e sanidade, para comercialização de produtos agropecuários e subprodutos de origem animal e vegetal;

O advento da lei estadual significará também o exercício de competência administrativa, consequência da autonomia constitucional dos Estados-membros de auto-administração, sujeitando-se, evidentemente, aos princípios inerentes à administração em geral (art. 37, da Constituição Federal). Alerta-se, também, para o princípio constitucional tributário da "anterioridade" (inciso IV, "b", do art. 150, da Constituição Federal), uma vez que a efetivação do Poder de Polícia previsto pela minuta será remunerado através de taxa."

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica estabelecida a fiscalização da produção e do comércio de sementes e mudas, no Estado do Paraná.

§ 1º - A fiscalização terá por objetivo garantir, com base em normas e padrões oficiais, a qualidade do material produzido e comercializado, estabelecendo condições para o desenvolvimento da produção e do comércio de sementes e mudas.

§ 2º - O Estado, respeitadas as condições mínimas de normas, padrões e procedimentos, impostas pela Legislação Federal, estabelecerá em consonância com as suas necessidades regionais, as normas, padrões e procedimentos que entender tecnicamente convenientes.

Art. 2º - Consideram-se sementes e mudas, para os efeitos desta Lei e de sua regulamentação, todas as estruturas vegetais, de qualquer espécie ou tipo provenientes de reprodução sexuada ou assexuada, e que tenham como finalidade a multiplicação de vegetais.

Art. 3º - A fiscalização de que trata a presente Lei será exercida sobre pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, que produzem, manipulem, beneficiem, reembalem, analisem, acondicionem, armazenem, transportem ou comercializem

sementes e mudas.

Art. 4º - Ficam obrigadas a registro na Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento as pessoas físicas e jurídicas, de direito público e privado, de que trata o art. 3º.

Art. 5º - Compete à Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, por intermédio de seu Departamento próprio, exercer a fiscalização de que trata a presente Lei.

Art. 6º - Os serviços de fiscalização, de que trata a presente Lei, serão remunerados por taxas estabelecidas pelo Poder Executivo.

Parágrafo Único - As taxas referidas neste artigo, serão estabelecidas por meio de alíquotas, vinculadas ao valor de referência legal vigente.

Art. 7º - Sem prejuízo da responsabilidade penal cabível, a inobservância das disposições desta Lei acarretará, isolada ou cumulativamente, as seguintes sanções administrativas:

a. advertência;

b. multa de até 20 (vinte) vezes o maior valor de referência vigente, fixado de acordo com o disposto na Lei nº 6.205 de 29 de abril de 1975, ou outro valor legal correspondente, que estiver em vigor na ocasião;

c. suspensão da comercialização;

d. apreensão;

e. condenação;

f. suspensão do registro;

g. cassação do registro.

Art. 8º - O produto das multas e das taxas será recolhido, através do Fundo de Equipamento Agropecuário - FEAP.

Art. 9º - As receitas do FEAP, serão utilizadas exclusivamente no custeio, reaparelhamento e expansão das atividades geradoras.

Art. 10 - O Poder Executivo, dentro de 60 (sessenta) dias, regulamentará a presente Lei.

Art. 11 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob o nº ATCC 0945/91, do Senhor Deputado CAÍTO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a pedido de informações de au-

toria do Deputado MARIO BEZERRA, sobre "campanha publicitária de cunho nitidamente agressivo ao BAMERINDUS". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 1178/91/GS, do Senhor NIZAN PEREIRA - Secretário de Estado da Saúde, em resposta a pedido de informações do Senhor Deputado FLORISVALDO FIER, sobre "quem trabalha com aparelhos e/ou substâncias radioativas". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° 1096/91/GB, do Senhor CELSO JAIR MAINARDI, Secretário de Estado da Segurança Pública em exercício, em resposta a pedido de informações do Senhor Deputado FLORISVALDO FIER, sobre "esclarecimentos sobre mortes de crianças e adolescentes, principalmente sobre a morte do menor MARIO TORRES MARTINS". Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO  
ESTADO DO PARANÁ

JUIZO ELEITORAL DA 73ª ZONA

Ofício n° 27/91

Senhor Presidente.

Apraz-me enviar a Vossa Excelência para os devidos fins, cópia da ata final de apuração de votos da consulta plebiscitária visando a criação do Município de Bom Sucesso do Sul, realizada no dia 29 de setembro de 1991, devidamente autorizada pela Resolução n° 201/91 do Tribunal Regional Eleitoral.

Colho o ensejo para apresentar a Vossa Excelência as minhas expressões de apreço e consideração.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ROBERTO DE VICENTE

Juiz da 73ª Zona Eleitoral

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 2545

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a votação em regime de urgência do Projeto de Resolução n° 58/91, que autoriza a realização de plebiscito, na área que especifica, no Município de Moreira Sales, para que a respectiva população decida sobre a criação do Município de PARANÁ D'OESTE, desmembrando-o do Município de Moreira Sales.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO N° 2553

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 159

Curitiba, terça, em 01.10.91

do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o cancelamento do Regime de Urgência e o adiamento por 10 (dez) sessões, da discussão e votação do Projeto de Resolução n° 055/91 (item 13), de autoria do Deputado Heinz Herwig, que autoriza a realização de plebiscito com vistas à efetivação da lei n° 9380, de 23.08.90, que criou "ad-referendum", o Município de Carambeí.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) DOMINGOS CARVALHO

REQUERIMENTO N° 2568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a urgência ao Projeto de Resolução n° 037/91, que dá nova redação ao Art. 1° da Resolução n° 014/90, autorizando a realização de plebiscito para a criação do Município de Bragantina.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexada ao Projeto de Resolução n° 037/91 comprova o preenchimento de todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991.

A proximidade do prazo final estipulado pela mesma Lei Complementar, em seu art. 7°, para criação do município estabelece a necessidade de agilização do processo, para que a comunidade referida no Projeto seja autorizada a realizar o plebiscito e tornar-se apta a participar do pleito eleitoral previsto para o próximo ano de 1992.

REQUERIMENTO N° 2569

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a urgência ao Projeto de Resolução n° 026/91, com a sua respectiva Emenda Substitutiva Geral, autorizando a realização de plebiscito para criação do Município de Jotaesse.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ALBINO CORAZZA

JUSTIFICATIVA:

A documentação anexada ao Projeto de Resolução n° 026/91 comprova o preenchimento de todos os requisitos exigidos pela Lei Complementar n° 56, de 18 de fevereiro de 1991.

A proximidade do prazo final estipulado pela mesma Lei Complementar, em seu art. 7°, para criação do município estabelece a necessidade de agilização do processo, para que a comunidade referida no Projeto seja autorizada a realizar o plebiscito e tornar-se apta a participar do

## REQUERIMENTO N° 2560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4° do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ROSSONI

EMENDA AO REQUERIMENTO N° 2563, DE AUTORIA DO SENHOR DEPUTADO DOMINGOS CARVALHO, que adia a discussão por dez (10) sessões o Projeto de Resolução n° 55/91.

Onde se lê: "(10) sessões", leia-se "(02) duas sessões".

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) HEINZ HERWIG

## REQUERIMENTO N° 2564

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão do Projeto de Lei n° 375/91, de sua autoria, pelo prazo de 05 (cinco) sessões.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) SEVERINO FÉLIX

## REQUERIMENTO N° 2565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o adiamento da discussão do Projeto de Lei n° 308/91, de sua autoria, pelo prazo de 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ROSSONI

## REQUERIMENTO N° 2557

Senhor Presidente.

RAFAEL GRECA DE MACEDO, Deputado Estadual eleito pelo Partido Democrático Trabalhista - PDT, vem a presença de Vossa Excelência, para, de conformidade com o art. 1°, parágrafo único, do Regimento Interno, REQUERER que, após deliberação do Plenário, seja concedida autorização para que a Sessão Solene de entrega do título de cidadania honorária concedido à DOUTORA MYRIAM SALES DE SOUZA LIMA, através da Lei 9.681 de 06 de setembro de 1991, seja realizada no dia 22 de outubro, próximo vindouro, às 19:30 horas, nas dependências do Centro de Convenções de Curitiba, situado

à Rua Barão do Rio Branco, 370, nesta Capital.

Tal pedido se reveste de motivo relevante, tendo em vista a realização do 3° Congresso Nacional de Mulheres da Carreira Jurídica que se instalará naquele local entre os dias 21 e 24 de outubro corrente, com previsão da presença de cerca de hum mil e quinhentos (1500) participantes que, obviamente, não poderiam ser acomodados nas dependências do Plenário, por absoluta falta de espaço físico.

Esperando a compreensão dessa Presidência e o integral apoio do douto Plenário, pede e espera, deferimento.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) RAFAEL GRECA DE MACEDO

## REQUERIMENTO N° 2561

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, com fulcro no disposto no artigo 35 do Regimento Interno, a formação de Comissão Especial integrada por um representante de cada bancada partidária com assento na Casa para intervir junto à Superintendência Regional do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal objetivando a sustação das demissões e a reintegração dos funcionários demitidos em decorrência da greve dos bancários.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(aa) ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

OVÍDIO CONSTANTINO

## JUSTIFICATIVA:

Tendo recorrido ao mais extremo, porém legítimo e constitucional recurso na defesa dos seus interesses, inúmeros trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal no Paraná que foram à greve vêm sendo sumariamente demitidos em represália à sua participação no movimento.

Este Poder Legislativo, instância representativa dos mais variados segmentos da sociedade, não pode omitir-se neste momento em que, muitos pais de família, trabalhadores que dedicaram toda uma vida na busca do crescimento dessas instituições, são jogados no desemprego.

Neste sentido, propomos a formação de Comissão Especial para buscar-se, de forma negociada servindo este Legislativo como intermediador, a suspensão das demissões e a reintegração daqueles trabalhadores que já tenham sido demitidos.

## REQUERIMENTO N° 2552

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa,

REQUER, voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Orlando do Rio, ocorrido em Bela Vista do Paraíso.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 2554

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a transcrição, nos anais desta sessão de voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado Antonio Ricardo Marconcini, ocorrido no último dia 24 de setembro; solicitando ainda que da manifestação da Casa se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nascido em 07 de junho de 1920, o advogado Antonio Ricardo Marconcini foi precursor e um dos fundadores do Diretório do Partido Trabalhista Brasileiro no Estado do Paraná. Além desta importante participação política dentro do PTB, fundou o Sindicato da Indústria de Petróleo do Estado do Paraná, descrevendo importante trajetória na Texaco do Brasil, onde ocupava o cargo de diretor da RAEC, da mesma companhia, até sua aposentadoria em 1980.

Sua perda enlutou os admiradores e amigos que tinham em Antonio Ricardo Marconcini uma figura humana de grande respeito e qualidade.

O advogado era casado com a Senhora Diair Teixeira Marconcini, que deixa viúva, além dos filhos Marco Antonio Marconcini e Regina Célia Marconcini Ferro.

Figura expoente à frente de todas as atividades que participou, o falecimento do Senhor Antonio Ricardo Marconcini nos deixa a sensação de uma profunda perda, fazendo juz à manifestação desta Assembleia.

REQUERIMENTO N° 2555

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, usando atribuições conferidas pelo Regimento Interno, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão votos de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Maria Rita Lopes, ocorrido em data de ontem, na Cidade de Mandaguari.

A extinta deixa viúva o Senhor Manoel Francisco Lopes, os filhos José Francisco, Maria Aparecida, Hipólita e Ana, netos e bisnetos. Era irmã do ilustre Deputado João Batista Arruda, eminente primeiro secretário desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(aa) ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, COSTENARO NETO, ORLANDO PESSUTI, NILTON BARBOSA, ANIBAL KHURY, LUIZ CARLOS ALBORGHETTI,

Curitiba, terça, em 01.10.91

ALGACI TÚLIO, MÁRIO BEZERRA E GERALDO CARTARIO.

REQUERIMENTO N° 2547

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Corpo de Bombeiros do Paraná, pela passagem do seu 79º Aniversário de Fundação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Coronel Carlos Roberto Cidade, Comandante do Corpo de Bombeiros, para que receba e transmita a todos os Soldados do Fogo, o reconhecimento da Assembleia Legislativa do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Foi muito bem pensado dedicar-se um dia do ano ao "CORPO DE BOMBEIROS", a esses bravos soldados do fogo, que não medem esforços, sempre prontos a prestar socorros à população.

Nesta significativa data, "08 de Outubro", toda Corporação é digna do nosso reconhecimento, respeito e admiração, mas se podemos elogiar o trabalho desenvolvido por todos eles, também devemos reconhecer que o Estado tem deixado de dar o apoio necessário para que possam dar cumprimento a nobre missão que com galhardia desempenham.

Aquele chamado "Soldado do Fogo" está sempre pronto para ajudar, para colaborar, para salvar, a qualquer hora, seja para atender a um pequeno pedido até o socorro de maior gravidade.

Que na data dedicada com justiça ao nosso Bombeiro na passagem do 79º Aniversário da Corporação, a comunidade paranaense reflita sobre a elevada importância e sua constante presença.

Quando nos referimos aos Bombeiros, podemos instintivamente associar esses bravos soldados ao incêndio; entretanto, isso não é tudo, devemos isso sim, observar o trabalho estafante inclusive com ambulâncias e equipes médicas cruzando nossas ruas levando assistência ao ser humano.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, orgulha-se em cumprimentar os valorosos Bombeiros.

REQUERIMENTO N° 2548

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de



hoje, de voto de congratulações e aplausos ao CORITIBA FUTEBOL CLUBE pela passagem do 82º Aniversário de Fundação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. JOÃO JACOB MEHL, Presidente do CORITIBA F.C., para que receba e transmita a todos os companheiros da Diretoria e Associados, o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O CORITIBA FUTEBOL CLUBE, em sua trajetória vitoriosa, tem sido motivo de orgulho para os paranaenses.

Portanto, o próximo dia 12 de outubro marcará o 82º aniversário de fundação do C.F.C.

Pelos feitos de suas diretorias, o Clube vem mantendo posição atuante e participativa na vida curitibana. Graças ao espírito administrativo de seus diretores e o apoio incondicional de sua grande torcida, o Bairro da Glória, onde se localiza o Estádio, tornou-se a principal Praça de Esportes de Curitiba e palco dos grandes acontecimentos do futebol, além de outras festividades, inclusive religiosas.

Pela dedicação dos ilustres "COXAS" que passaram pelos cargos diretivos, deve-se a grandeza do CORITIBA, de ANTONIO COUTO PEREIRA a JOÃO JACOB MEHL, assim como a desprendidos atletas que deram tudo para maior glória do clube principalmente nas épocas em que o jogador ainda não era de todo profissionalizado; toda essa grandeza deve-se também aos jogadores das fases mais recentes, que vivendo o evento do profissionalismo se empenham em grandes batalhas esportivas, porque apenas competir não é o suficiente.

Nesta significativa data, o CORITIBA FUTEBOL CLUBE é merecedor desta homenagem, uma vez que vem enaltecendo o futebol estadual e brasileiro, em todos os sentidos.

REQUERIMENTO N° 2549

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de Congratulações e Aplausos ao TRIBUNAL DE ALÇADA DO ESTADO DO PARANÁ, pela passagem do 21º Aniversário de Instalação.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Excelentíssimo Senhor Juiz Presidente Doutor FRANCISCO JOSÉ FERREIRA MUNIZ para que receba e transmita a todos os membros daquele colendo Tribunal, a homenagem do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

O Poder Judiciário do Paraná tem se constituído em modelo para outras unidades da Federação, o que é motivo de orgulho para todos os paranaenses. Nesse contexto destaca-se o Tribunal de Alçada, que está comemorando seu 21º Aniversário de Instalação.

Pelo desempenho que vem apresentando o Tribunal de Alçada, contribui não só para a aplicação da Justiça, mas principalmente fazendo-o com a agilidade que a sociedade espera.

Além do trabalho inerente às suas atribuições judiciais, o Tribunal de Alçada vem prestando, ao longo destes anos, um exemplar serviço à sociedade mercê a grande capacidade de seus integrantes e a visão da colenda Direção.

Nesta significativa data, orgulha-se o Poder Legislativo do Paraná, em associar-se às homenagens que merecidamente são prestadas a esse órgão do Poder Judiciário do Estado no dia que lhe é consagrado.

REQUERIMENTO N° 2553-A

Senhor Presidente.

O Parlamentar que firma o presente documento, REQUER, após o duto consentimento do Plenário, sejam formulados e inseridos na Ata dos trabalhos deste Poder, votos de congratulações a Senhora Dorothee Boden, Consulesa Geral da República Federal da Alemanha, pela passagem do "Dia da Unidade Alemã", no próximo dia 03 de outubro.

Do aprovado, Requer, seja dada comunicação para a interessada, à Avenida João Gualberto, 1237 - Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ÉLIO RUSCH

JUSTIFICATIVA:

No dia 03 de outubro de 1990, o povo alemão reunificou-se em paz e liberdade, depois de décadas de separação dolorosa e incomensuráveis sofrimentos advindos das conseqüências deflagradas pela Segunda Guerra Mundial.

No uso do seu direito livre de auto-determinação, os alemães novamente se uniram, fazendo cair as outrora cercas de arame farpado, as torres de sentinelas e as instalações de passagens de pessoas e mercadorias, onde dominavam a arbitrariedade, a humilhação da condição humana e o medo.

A busca da liberdade e unidade fervilha nos corações do povo alemão desde 1948. E o que menos era possível para duas gerações, se concretizou naquele fatídico dia de outubro do ano passado: unidade em liberdade.

REQUERIMENTO N° 2556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas obrigações regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER a consignação em Ata, de um voto de louvor ao Delegado Chefe da 9ª SDP/Maringá - Dr. OSNILDO CARNEIRO LEMES e ao Comandante do 4º BPM/Maringá - Ten. Cel. ANTONIO TADEU RODRIGUES, extensivo aos integrantes daquelas Corporações, pela inegável eficiência demonstrada nos serviços de prevenção e combate ao crime, em Maringá e Região.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) JOAO PREIS

**JUSTIFICATIVA:**

O rápido crescimento da população nos bairros periféricos de Maringá, decorrente do maciço êxodo rural, forma os grande bolsões da pobreza da atualidade.

E, é nesses bolsões de pobreza e miséria que a marginalidade encontra refúgio ideal, por saber que aí não há policiamento ostensivo e às vezes nem mesmo a preocupação das autoridades.

Maringá é a exceção da regra geral.

As polícias militar civil de Maringá, em plano de ação conjunta, preventiva no combate ao crime, visando levar tranquilidade de volta aos lares da Comunidade, começa a colher resultados positivos.

O número de assalto e arrombamentos diminuíram significativamente nos últimos meses, sendo que, casos acontecidos e que, praticados em sua maioria por menores, impossibilita uma ação mais eficaz por parte dos policiais.

O registro do furto de apenas um veículo no mês de setembro, veículo já recuperado, aponta o menor índice já verificado em Maringá, comprova a eficácia do Delegado Osnildo Carneiro Lemes da 9ª SDP e do Tenente Coronel Antonio Tadeu Rodrigues, do 4º BPM, na repressão ao crime.

Conhecedores do alto espírito público e a sensibilidade extraordinária que caracterizam a ação dos homenageados à frente desses importantes órgãos de segurança pública, é que nos propomos a prestar este justo reconhecimento ao trabalho que, efetivamente vem prestando à Comunidade.

**REQUERIMENTO N° 2546**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em Caráter de Urgência, a todos os Senhores Senadores e Deputados Federais, da Bancada Paranaense, no sentido de agilizarem entendimentos para alterar a proposta orçamentária para o exercício de 1992, questionando os critérios sobre a discriminação de recursos para o Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) ANTONIO ANNIBELLI

**JUSTIFICATIVA:**

Na proposta do Governo Federal para a distribuição das verbas do Orçamento da União, para o exercício de 1992, o Estado do Paraná ficou em último lugar entre todos os estados brasileiros.

Se considerarmos o valor caberá a cada estado em relação à população, perdemos de forma humilhante para outros estados cuja comparação em termos de importância econômica, população e participação no País, é significativa. Se for considerado o cálculo por região, também o Paraná é o mais prejudicado. Se forem tomados os valores em bruto, também são evidentes as distorções na proposta do Orçamento da União.

Há tempo para mudanças na proposta orçamentária, para isso, estamos certos que os nossos representantes no Congresso Nacional farão uma união de esforços, concentrando energias e brigando pelos interesses paranaenses, não dispensando, é claro, a prerrogativa de quem tem essa responsabilidade que deve ser imprescindível nesta ocasião.

**REQUERIMENTO N° 2550**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUER, seja enviado correspondência oficial ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes, Doutor Mario Pereira, sugerindo estudos no sentido de dotar as placas de sinalização das rodovias com dizeres onde se destaque as regiões a que pertencem as cidades mencionadas.

Por exemplo:

Arapongas - Norte do Paraná.

União da Vitória - Sul do Paraná.

Caiobá - Litoral Sul do Paraná.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) COLOMBINO GRASSANO

**JUSTIFICATIVA:**

Registre-se que o fluxo de turistas nacionais e internacionais e mesmo os habitantes do Paraná que trafegam por nossas rodovias cresce ano a ano numa proporção gigantesca.

A simplicidade da atual sinalização não confere aos seus leitores uma exata noção de região geográfica onde se encontram e nem despertam a curiosidade pelas coisas paranaenses.

Um estudo mais apurado entre técnicos em sinalização de rodovias poderia resultar numa promoção capaz de enriquecer os conhecimentos sobre a nossa terra.

É o que se pretende com a presente sugestão.

**REQUERIMENTO N° 2562**



Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso das atribuições que lhe são conferidas, REQUEREM, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores Presidente da República, Ministro da Justiça, Ministro da Economia e aos Ilustríssimos Senhores Presidentes do Banco do Brasil S.A. e da Caixa Econômica Federal solicitando dos mesmos a imediata sustação das demissões que vêm ocorrendo em decorrência da greve dos trabalhadores daquelas instituições, solicitando também a reintegração dos trabalhadores que tenham sido demitidos pelo mesmo motivo.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(aa) ERNANI PUPELL

DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANINO

JUSTIFICATIVA:

No exercício do legítimo e constitucional direito de greve, incontáveis trabalhadores do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal vêm sentindo a perseguição do Governo Federal, através da direção de ambas as instituições, representadas pela sua demissão peremptória dos quadros funcionais das mesmas.

Após incontáveis tentativas de melhorar suas condições de trabalho e de salário pela via de negociação, sem qualquer sucesso, os trabalhadores das mencionadas instituições financeiras lançaram mão do recurso extremo à sua disposição - a greve - para ver atendidas suas reivindicações. Mesmo sem alcançarem o resultado desejado, vários desses trabalhadores vêm sendo sumariamente demitidos, mesmo apesar dos longos anos de serviços prestados à instituição.

Este comportamento não pode ser admitido, devendo este Legislativo manifestar-se perante as autoridades da República e os dirigentes do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal solicitando não só a sustação do processo e demissões em curso, como também a reintegração daqueles que já tenham sido demitidos nesse processo injusto e digno de nossa repulsa.

REQUERIMENTO N° 2566

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Presidente da Telepar, Senhor Paulo Roberto Cordeiro, solicitando instalação de um PS em Papagaios Novos, Município de Palmeira.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Funciona precariamente no local uma extensão de um PS de outra localidade que

limita o uso, dificultando os contatos, às vezes necessários e urgentes.

REQUERIMENTO N° 2567

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o nobre Plenário, envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Senhor Mario Pereira, solicitando estudos no sentido da viabilidade para construção de contorno ligando a PR-151 à BR 376, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

Facilita o escoamento de tráfego entre as PR-151 e BR-376 reduzindo sua distância em aproximadamente 10 quilômetros.

REQUERIMENTO N° 2551

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, usando das atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após audiência do soberano Plenário, o envio de correspondência ao Exm. Sr. Cel. Miguel A. Capriotti, Com. da Polícia Militar do PR. e ao Exm. Sr. Cel. Marino dos Santos, DD. Com. do Policiamento do Interior da Polícia Militar do PR., no intuito de estudarem a possibilidade de implantar imediatamente, antes mesmo do início das operações especiais para a temporada de verão, do policiamento a pé em todo o litoral paranaense, abrangendo de Pontal do Sul a Guaratuba. Que se dê ciência aos Exm. Pref. Mun. de Paranaguá, José V. Elias; de Matinhos, Francisco C. dos Santos; de Guaratuba, Aldo Abagge; e aos Exm. Pres. das Câm. Mun. de Paranaguá, Ednon F. Zacharias; de Matinhos, Elias J. F. Romualdo e de Guaratuba, Emílio de Souza.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

Uma estratégia nova empregada pelo comandante da unidade de Matinhos da Polícia Militar, desde maio deste ano, reduziu em quase 50% o número de arrombamentos a residências naquele município. A estratégia é simples e até parece óbvia: a realização de policiamento a pé. A queda registrada no índice de delitos, verificada em função da ronda de policiais militares a pé, no período das 23 às 8 horas da manhã, comprovada através de levantamento feito pela própria unidade da Polícia Militar em Matinhos, atesta a eficiência dessa estratégia.

O levantamento fez um comparativo entre os números verificados nos meses anteriores e os registrados após a adoção da nova técnica policial, apontando a redução acima descrita.

Além disso, o furto de fios da COPEL, que causa prejuízos de grande monta àquela companhia, apresentou expressiva redução, também em função do policiamento a pé. Ele tem no elemento surpresa junto aos ladrões e arrombamentos, o fator inibidor de suas ações. Razões como essas nos levam a requerer do Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná e do Comandante do Policiamento do Interior, a adoção definitiva do policiamento a pé em toda a região litorânea, de Pontal do Sul a Guaratuba. Além da economia que o fim do furto de fios representará para a COPEL, a garantia de maior segurança aos proprietários de casas de veraneio nas praias paranaenses, durante todo o ano, certamente tranquilizará a população. Também os residentes fixos nos municípios litorâneos serão beneficiados por essa medida.

REQUERIMENTO N° 2558

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 382/91, ao final subscritos, REQUER, na forma prevista pelo Art. 28, inciso XIII combinado com o Art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar à Secretaria de Estado da Educação, para que a mesma proceda a apreciação e manifeste seu parecer acerca dos aspectos da matéria.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
JOSÉ TAVARES

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 438/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica municipalizado o trecho de 19 quilômetros da rodovia PR-412, entre a BR-277 (Paranaguá - Curitiba) e a Praia de Leste;

Art. 2° - Essa lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A estrada PR-412 que tem seu início no entroncamento com a BR-277 (Paranaguá-Curitiba) popularmente conhecida como Estrada das Praias, tem o seu final no Município de Matinhos, com 35 quilômetros de extensão, cuja conservação é realizada através do Departamento de Estradas de Rodagens, dentro do programa de trabalho do 1° Distrito Rodoviário. Nosso Projeto de Lei, fixa a municipalização do trecho da PR-412, entre a BR-277 e a Praia de Leste

Curitiba, terça, em 01.10.91

numa rodovia de 19 quilômetros, onde a situação geográfica a deixa dentro de unidade territorial do Município de Paranaguá, intercalando-se em vários pontos com ruas dos balneários existentes, onde a Prefeitura Municipal de Paranaguá não pode realizar as respectivas aberturas através de projetos urbanísticos, por estar umbilicalmente ligada a uma estrada estadual.

Também no citado trecho, aproximadamente uns 5 quilômetros existem núcleos habitacionais que por expansão populacional se interligam com bairros periféricos de Paranaguá, onde as ruas são também impedidas de receber nomeações por atravessarem partes da estrada ora citada.

Dentro dessa concepção expansionista e progressista e atendendo centenas de pedidos destinados à Prefeitura de Paranaguá, o caminho legal, é portanto, municipalizar o citado trecho, com isso possibilitando o progresso dos que residem em toda a projeção habitacional citada.

PROJETO DE LEI N° 439/91  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos - A.P.A.D.A. com sede e foro na Cidade de Toledo - Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) DÚLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos - A.P.A.D.A., fundada em 30 de outubro de 1987, é uma sociedade civil, filantrópica assistencial e educacional, sem fins lucrativos, que tem como objetivo primeiro AUXILIAR E ORIENTAR os deficientes da audio-comunicação e a seus familiares, através, especialmente, de educação, re-educação, tratamento médico, psicológico e assistência material e espiritual.

A A.P.A.D.A., tem desenvolvido um trabalho humanístico dos mais notáveis e elogiosos, prestando todo tipo de assistência aos Deficientes Auditivos, hoje em número de 68 alunos, que frequentam regularmente a ESCOLA ESPECIAL "MUNDO DA FALA", de sua responsabilidade e manutenção, que conta com técnicos e professores especializados.

Em reconhecimento aos serviços prestados, desinteressadamente às pessoas deficientes auditivos, foi declarada de Utilidade Pública, em âmbito municipal, pela Lei n° 1.466/88 de 21 de dezembro de 1988 do Município de Toledo.

Pelo exposto, submetemos o presente plano de lei à apreciação dos nobres Depu-

tados, solicitando apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Presidência pede aos estudantes o silêncio para que a Sessão possa ter o seu andamento normal.

Finda a leitura do expediente.

Esta Presidência reitera mais uma vez à nossa juventude para que haja silêncio na Casa, sob pena até de que tenhamos que suspender a sessão por alguns minutos até que se restabeleça o silêncio na Casa. A sessão precisa ter o seu andamento normal e para isto há necessidade do silêncio dos jovens que estão nas galerias.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estudantes do Paraná. A matéria que realmente está despertando a atenção nesta Assembléia é com referência ao projeto de lei de autoria de V.Exa., que concede aos estudantes do Paraná o direito de meia entrada em shows artísticas, etc. e tal. E hoje, espantado, folheando a "Folha de Londrina", vi uma declaração do Governador com referência a esta polêmica matéria.

Eu faço a leitura para que V.Exas. possam compreender. O título da matéria: "meia entrada não recebe sanção". "O Governador Roberto Requião considerou ontem inconstitucional o projeto de lei que concede meia entrada a estudantes em cinemas, teatros e shows no Paraná. Requião disse que não pode obrigar os empresários do setor cultural a reduzirem os ingressos em 50% para estudantes.

"O projeto de lei de autoria do Deputado Algaci Túlio - segue aqui a matéria - foi aprovado ontem em 2.ª discussão. Requião disse que não vai sancioná-lo. Túlio - segundo a matéria - rebateu Requião e disse que o projeto foi considerado constitucional pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia. Os argumentos do Governador são falhos, disse o Deputado Túlio".

"O Deputado elaborou o projeto de meia entrada com a ajuda da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, que pediu apoio de Requião para a sanção do projeto. O Governador acha injusto que estudantes com alto poder aquisitivo paguem menos que os trabalhadores de baixa renda para irem ao cinema ou ao teatro. Para o Deputado, o projeto pode beneficiar um número bem mais alto de estudantes de baixa renda".

"O Presidente da UBES do Paraná, André Santin, disse que os ingressos cobrados pelas casas noturnas que exibem shows e os cobrados em teatros e cinemas são considerados proibitivos para os estudantes. Em

Curitiba o ingresso de cinema custa hoje em média um mil cruzeiros e o show no Aeroanta custa 5 mil cruzeiros. Segundo Santin, os estudantes não vão desistir do projeto e organizam hoje uma mobilização para pressionar os Deputados e alertar o Governador de que a proposta é séria: 'nós não vamos desistir e vamos mostrar ao Requião que não estamos brincando com a proposta da meia entrada', disse ele".

"O Presidente da UBES assegurou que tem o apoio do Chefe da Casa Civil, Caíto Quintana; do Vice-Governador, Mário Pereira; e do Líder do Governo na Assembléia, Orlando Pessuti. Segundo Santin, Pessuti e Quintana afirmaram na semana passada que o projeto iria ser sancionado sem problemas por Requião. A afirmação ontem de Requião, entretanto, surpreendeu a todos", inclusive a mim, Senhor Presidente.

O objetivo do Governador é ser polêmico no Estado do Paraná. Se for verdade que está contido - que eu acredito que seja verdade porque é um jornal sério -, Requião está atropelando as coisas. Eu gostaria de sugerir, até, à distinta plateia dos estudantes - porque eu endosso perfeitamente o Projeto de Lei do Deputado Algaci Túlio, assim como os Deputados, todos, aqui têm endossado em duas votações, e acredito que na 3.ª também - para que num futuro bem próximo, se o Governador Requião vetar esta lei, que os estudantes retornem a esta Casa e demonstrem ao Governador do Paraná que vocês já são uma classe esclarecida e que querem fazer valer aquilo que esta Casa aprova porque o Governador do Paraná tem que respeitar o que a Assembléia faz, porque aqui são 54 Deputados que representam a comunidade paranaense no seu todo, muito mais do que o próprio Requião, que não obteve a maioria absoluta dos votos dos paranaenses. É necessário que os estudantes do Paraná comecem a se mobilizar já, para pressionar no Palácio Iguaçu o Governo para que ele sancione esta lei e faça com que os estudantes do Paraná possam pagar meia entrada, a exemplo de 15 ou 20 anos atrás. Não se justifica dizer que o empresário vai levar prejuízos porque a quantidade de estudantes que estarão frequentando os espetáculos, os campos de futebol, etc. e tal será em número tão maior que o lucro, com certeza, virá. Então, que nos repudiamos a afirmativa antecipada do Governador de que ele vai vetar esta lei, aprovada pelos legítimos representantes do Paraná.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Esta Presidência volta a apelar aos estudantes, por favor que não se manifestem, caso contrário, contra a própria vontade, seremos forçados a suspender a sessão. Nós

pedimos a compreensão de todos vocês. O projeto está na Ordem do Dia em 3ª discussão e para isso é preciso que vocês mantenham a calma para que a sessão tenha o prosseguimento normal.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, uso o Horário da Liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - V.Exa. tem a palavra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.  
Lê.

Quem não aprende com a história está condenado a repeti-la, principalmente, em seus mais desagradáveis desfechos.

Em 1º de julho de 1985, o então Governador José Richa, sancionou a Lei nº 3.119, tal como já havia sido aprovada por esta Assembléia Legislativa. Um dos Deputados que aprovaram a referida lei, foi o atual Governador Roberto Requião.

Muito lamentavelmente, não há falta de leis em nosso país, mas a carência daquelas, que por ofício, deveriam fazer cumpri-las. Com muita tristeza e decepção, quero informar aos Senhores Deputados, que mais uma vez, estamos diante da letra morta da Lei. Seu algoz: o governo do Estado do Paraná e o Senhor Roberto Requião.

A lei a que me refiro, Senhor Presidente, Senhores Deputados, cita em seu artigo 1º a obrigatoriedade da contratação de artistas paranaenses, devidamente cadastrados em sindicatos sediados neste Estado, quando o governo paranaense houve por bem incluir shows artísticos em seus eventos. Tal obrigatoriedade limita-se a 60% das contratações de profissionais das artes, quando o evento for realizado tão somente pelo Estado e por seus órgãos, ou proporcionalmente, à participação do governo Estadual em eventos com outras entidades de qualquer natureza jurídica.

Pois muito bem: tomei conhecimento de um mandado de segurança impetrado pelo cantor Natinho, por sinal, em outros tempos, um ardoroso defensor do Senhor Roberto Requião impedindo a realização da programação artística da 22ª. Expotiba Internacional.

Embora a sólida argumentação apresentada no mandado, o desembargador Cordeiro Machado que o julgou, não concedeu, alegando que a lei não foi regulamentada. Como existam interpretações diferentes, entendendo ser a lei autoaplicável, houve por bem o advogado do cantor Natinho, entrar com agravo regimental da sentença.

O fundamento do mandato é o seguinte:  
Na programação de shows contratada pelo Banestado (aliás: o "Banco do Povo do Paraná" só constam artistas de outros Es-

Curitiba, terça, em 01.10.91

tados. E a soma dos cachês pagos aos mesmos ultrapassa os Cr\$ 150 milhões, que certamente vão engordar as contas bancárias daqueles astros, muito longe daqui. Enquanto isso, nomes consagrados como Nascimento e Zelone, Leonel Rocha e Campos, Mensageiro e Mariano, Blindagem, Os Galos de Ouro, João Lopes e muito mais, todos com discos gravados e de sucesso, naturais e residentes no Paraná, ficaram de fora da promoção do "Banco do Povo do Paraná". Com a notória exceção do empresário do mundo artístico Sr. Rubens de Oliveira, amigo do Governador Roberto Requião, uma vez que foi empresário da campanha eleitoral do atual inquilino do Palácio Iguagu. Sabe-se que a comissão de tais empresários chega a 20% do valor dos contratos assinados por artistas. O que nos leva a crer que esse companheiro do Governador teria lucrado mais de CR\$ 30 milhões com a operação.

O Governo do Estado, cujo chefe anos atrás havia votado a Lei que hoje recordamos de uma forma muito triste, negligenciou deliberadamente nossos artistas, para prestigiar estrelas de outras constelações, num ato flagrantemente ilegal e oneroso aos cofres públicos, uma vez que passagens aéreas e estadia em hotéis de cinco estrelas para todos os músicos e seus acompanhantes não seriam necessárias caso a maioria dos participantes do citado show fosse oriunda de nosso Estado.

Como a lei permite que 40% das contratações possam vir de qualquer parte do Brasil e até do exterior, ninguém está aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, fazendo votos de xenofobia explícita. Haveria lugar para todos se a lei fosse respeitada.

Para justificar as contratações, alega o governo que uma das duplas contratadas é paranaense, embora não registrada na Ordem dos Músicos do Paraná. Tiveram esses dois artistas a possibilidade de conduzir suas carreiras fora do Estado, na certeza de que aqui estariam hoje na triste condição de também fazer coro aos artistas que questionam o critério dos organizadores da Expotiba.

Numa outra alegação essa das mais grotescas. São esperadas quarenta duplas para o concurso a ser realizado no último dia da Exposição. Duplas de amadores que disputam um pobre trofeu e quem sabe uma miserável premiação em dinheiro. Porque o grosso do dinheiro já tinha destinação. Pobre classe artística do Paraná, para quem sobram as migalhas!

Quem vem de fora para prestigiar a famosa Expotiba está mais interessado em conhecer o que o Paraná tem de bom para oferecer, não apenas em matéria de gado bovino e maquinárias agrícolas mas também com relação à nossa arte, nossa música. Não é

possível, ainda hoje, convivermos com um governo tão provinciano em alguns aspectos e tão cosmopolita em outros, como nessa absurda preferência pelos artistas de outros lugares.

Este desagradável acontecimento que lhes relato agora, talvez explique embora não justifique, a preterição de um nome paranaense para dirigir o Teatro Guaíra. Aí está o Sr. Osvaldo Loureiro, morando no Hotel Duomo, viajando para o Rio nos finais de semana, com um salário que não deve ultrapassar o de Secretário de Estado. É o milagre da multiplicação dos cruzeiros! Temos ainda um outro exemplo de como "O Banco do Povo do Paraná" usa o dinheiro desse mesmo povo para prestigiar profissionais de fora: a contratação de escritório do Dr. Rafael de Almeida Magalhães, para assessorar o Banestado num problema de seguridade por vinte e três milhões de cruzeiros.

Não é possível, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que os paranaenses tenham de recorrer à justiça para serem reconhecidos em seu direito de representar sua terra natal, num evento patrocinado por aquilo que deveria ser o governo de seu Estado. Lamentavelmente, entra governo sai governo, mas nosso Estado não consegue livrar-se da tibieza de seus líderes, adiando indefinidamente o lugar de destaque que o Paraná deveria ocupar entre as unidades da federação.

Alguém já disse que as artes são como documentos de identidade do ser humano. Parece-nos, senhores parlamentares, que o Palácio Iguazu considera humanos apenas os nascidos fora do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Deputado Ovídio Constantino.  
(Declina)

Doutor Rosinha.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. Deputada, Srs. Deputados, companheiros e companheiras estudantes.

O que me traz a tribuna hoje é justamente a condição que se encontram os servidores públicos do Estado do Paraná.

A postura do Sr. Governador em relação a estes servidores é inconcebível para um governante. Nós temos usado desta tribuna em vários momentos para fazer críticas à posição do Governador no trato que tem dado aos servidores públicos estaduais.

Dia destes votamos aqui nesta Assembleia Legislativa uma proposta mínima de reposição de 20%, quando, somente este ano, a inflação já estava em 170%.

Nós alertávamos, naquela ocasião, que não seria possível os servidores suportarem esse achatamento salarial. Alertávamos

para o risco iminente de greve entre os servidores públicos do Estado uma vez que 20% é uma gota no mar da perda salarial destes servidores.

Hoje os trabalhadores da Secretaria Estadual de Saúde entraram em greve em função da condição de trabalho.

Ontem, no meu gabinete, fui procurado por um médico daquela Secretaria que expôs a sua realidade trazendo o contra-cheque e nos mostrando. Médico contratado para dois padrões, cada um de 4 horas, recebendo um salário total por 8 horas de serviço de 200 mil cruzeiros. Médico esse, com mais de 10 anos de carreira na Secretaria Estadual da Saúde. E olha, Senhores Deputados, que os médicos, os engenheiros, os advogados, enfim os que têm um nível universitário, são considerados os mais bem pagos no serviço público do Estado. Se quem tem diploma universitário por 8 horas, percebe um salário de 200 mil, qual é o salário dos demais servidores? Provavelmente como foi explicado e justificado na ocasião da votação daquele projeto, o mínimo é abaixo do salário-mínimo proposto pela Constituição Brasileira. E, o que o Governo do Estado tem feito, nada mais é que complementar com pequeno abono, para tirar essa diferença para levá-la a 42 mil.

Nós achamos injustificável a posição do Senhor Governador, como disse o Deputado que me antecedeu, o Sr. Governador que a nível nacional, apresenta uma postura democrática, a nível interno no nosso Estado apresenta uma posição simplesmente de autoritarismo e de desrespeito a todos os trabalhadores do serviço público do Paraná; e podemos dizer que em alguns momentos a todos os trabalhadores paranaenses. E, parece que não bastasse, isso tem desrespeitado essa Assembleia Legislativa, em alguns momentos importantes, como por exemplo derrubando ou tentando derrubar por decreto a lei da data-base que foi aprovada por essa Assembleia Legislativa, desrespeitando essa Assembleia Legislativa no momento em que diz claramente a Constituição do Estado que o Conselho Estadual de Saúde deve ser feito por lei, e no entanto, o Sr. Governador o faz por decreto.

Parece que essa posição de desrespeito aos trabalhadores, ele quer se colocar em desrespeito novamente a essa Assembleia Legislativa ao aprovar o projeto de lei que ora se discute o de "meia entrada" das casas de cultura do nosso Estado, e antes de ser votado o Sr. Governador já se adianta dizendo que vai vetar.

Tem o Sr. Governador que tomar e ter ciência e consciência, que a classe trabalhadora e as Lideranças Sindicais e esse Parlamento deve ser respeitado, porque se não ele vai cada vez querer reforçar o que ele critica, que ele diz que tem criticado



que é autoritarismo do Governo Central. Ele copiou, nessa postura em relação ao Governo Central, ele é forte como o Presidente Collor no seu autoritarismo e mantém a mesma postura no Paraná.

Essa é a posição perante esses fatos últimos que tem ocorrido em relação ao Poder Executivo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (Aribal Khury) - Concedo a palavra ao Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - Sr. Presidente, Srs. Deputados Sra. Deputada. A Bancada do PT apresenta hoje nesta Casa, dois requerimentos. O primeiro requerimento trata de um apelo a ser endereçado ao Presidente da Caixa Econômica Federal, ao Presidente do Banco do Brasil, Ministro da Economia, Ministro da Justiça e ao Presidente Collor. É o segundo requerimento, da formação de uma comissão especial deste Poder, para interceder junto à Superintendência da Caixa Econômica e à Superintendência do Banco do Brasil, no nosso Estado, e que procurem reverter as recentes demissões ocorridas dos funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Importante lembrar, aqui, que tanto os funcionários da Caixa Econômica quanto do Banco do Brasil entraram em greve solicitando a reposição salarial de mais de 500% acumulada no último ano. A greve, portanto, tinha entre outras reivindicações, a reivindicação básica de reposição desta perda salarial enorme que ocorreu com a categoria.

E mais do que isso: as propostas tanto da Caixa quanto as do Banco do Brasil foram insuficientes para atender a esta reivindicação. E colocaria os trabalhadores destas instituições na condição difícil de ter que aguardar até o próximo ano, para na nova data base pleitear, postular e negociar esta reposição. O que abriria, certamente, um abismo e tornaria praticamente impossível esta reposição, já que estas perdas vêm se acumulando sucessivamente ao longo dos anos.

É importante frisar, também, que as punições e as demissões ocorridas, tanto na Caixa como no Banco do Brasil, deram-se sob o argumento de que o Tribunal Superior do Trabalho determinou o retorno ao emprego, ao trabalho, e grande parte dos trabalhadores se recusaram a aceitar as condições decididas pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Aqui, inclusive, cabe um registro. Lamentavelmente o TST, hoje, nesta quadra da História Brasileira tem tido um comportamento repressivo. O Tribunal do Trabalho, ao longo de toda a sua história, sempre teve uma tradição muito clara no sentido de prestigiar e apoiar, de servir como

elemento do reestabelecimento do equilíbrio entre as relações do trabalho e do capital. Lamentavelmente, agora, o TST vem quebrando estas tradições históricas. Como, por exemplo, no caso tanto da Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, suprimindo conquistas históricas destas categorias, que já estavam praticamente consolidadas, em dezenas de Acordos e Convenções Coletivas anteriores. E foram suprimidas. O TST, por exemplo, simplesmente ignorou a obrigação legal de deferir a reposição salarial pelos índices de inflação do último ano.

Então, esta situação, esta postura lamentável, que surpreendeu a toda a Nação, do Tribunal Superior do Trabalho, é que ocasionou o clima de revolta entre os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa, que optaram pela manutenção da greve. Greve essa, aliás, que já se encerrou, com o retorno ao trabalho.

Portanto, neste momento não se justifica, no momento em que o País está com problemas sérios, com trabalhadores com seus salários achatados, de uma forma vil, neste momento em que a inflação explode, não é possível, não é possível que uma reivindicação que exige uma política salarial de preservação dos vencimentos dos funcionários, seja tratada com este rigor, que nem segue nos tempos mais duros da ditadura militar nós tínhamos notícia.

Então, é neste sentido que nós fazemos o apelo, hoje, a esta Assembléia, tanto para aprovar esta comissão especial que vai procurar interceder junto à Superintendência da Caixa como também do Banco do Brasil, regionais do Paraná; como este apelo dirigido aos presidentes da Caixa e do Banco do Brasil, Presidente Collor e Ministro da Economia.

Então, é neste sentido que nós fazemos um apelo para que este Parlamento aprove estes dois requerimentos que será um gesto de solidariedade a esses trabalhadores, em entrar no mérito da greve, nós sabemos que talvez alguns parlamentares tenham posicionamento diferente, mas nós sabemos que, interceder para que sejam revistas estas demissões, para que não se aprofunde esse clima de tensão, de discórdia dentro dessas instituições tão importantes ao interesse nacional.

E nós entendemos que estaremos prestando um grande serviço à nação independente do posicionamento em relação à greve.

Portanto é isso. Nosso requerimento tem o objetivo de procurar convencer as autoridades federais para que revejam essas demissões dos funcionários.

Era isso, muito obrigado.

O SR. CEZAR SILVESTRI (Pela Ordem) - Se-



nhor Presidente, gostaria de comunicar o meu retorno a esta Casa!

Reassumindo o cargo de Deputado Estadual e gostaria também Senhor Presidente, de agradecer a essa licença que me foi concedida por todos os Senhores Deputados. E também, agradecer o empenho de todos os Deputados na aprovação do Projeto, de nossa autoria em conjunto com o Deputado Albino Corazza, o projeto da isenção do ICMS das vendas a prazo.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será anotado.

No Grande Expediente concedo a palavra ao Deputado Cleiton Kielse:

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada. Estivemos hoje, em comissão: com o Deputado Colombino Grassano, com o Deputado Florisvaldo Fier à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Estivemos, após denúncia feita em plenário por alguns parlamentares, salientando a exploração dos menores que lá estaria sendo feita.

A nossa preocupação, vendo, talvez, uma inverdade que foi colocada aqui, e após, com documentos, com contratos feitos pela Empresa Fama, a qual está mostrando a decência - em alguns artigos fornecidos pela própria Fama, em contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Nos itens básicos do contrato, o que será fornecido por esta Empresa: vale transporte para quem trabalha nas agências da Capital, Foz do Iguaçu, Cascavel, Maringá, Ponta Grossa e Londrina; uniforme; crachá, assistência médica pelo INSS; seguro de acidentes pessoais; atendimento ambulatorial suplementar para os menores que trabalham em Curitiba, Londrina e locais onde a Empresa de Telégrafos tem seus ambulatórios médicos; participação nas atividades de integração da mesma. E ainda, salientando, a importância da idade, que será expressamente proibida a realização de horas-extras pelos menores.

Nos itens normais de uma empresa, haverá intervalo para repouso e alimentação, previstos em Lei, que deverão ser respeitados. Tivemos o esclarecimento do Diretor geral da Empresa Brasileira, que os menores - ao contrário do que muitos disseram em plenário, - não receberiam o salário mínimo condizente à classe, os quais recebem e têm ainda o respeito de leis trabalhistas, recebendo INSS, Fundo de Garantia e as demais receitas que são destinadas ao trabalhador, seja por salário mínimo, seja por outro salário.

Vimos os empregados que lá trabalham. Filhos dos empregados que lá trabalham, mostrando que o menor de idade, que muitos disseram que não deve trabalhar, mas digo

ao contrário, trabalho desde os treze anos de idade, sei da responsabilidade que o menor adquire tendo seu serviço como meta de vida. Tendo em si o seu ensino como meta de vida. No contrato feito com a Empresa Brasileira, também consta como obrigatoriedade, na inscrição de qualquer pessoa, de qualquer menor junto à esta entidade, que é obrigatória a permanência do ensino na sua gestão nesta empresa.

Uma coisa básica. Todos precisam. Isto lá está funcionando.

Temos que demonstrar, no plenário não só coisas que chegam pela imprensa e sim a dignidade das verdades que lá ocorrem. Foi desgastado o nome do Diretor geral desta empresa dizendo que estaria entremeio indagações sexuais com menor que lá trabalhava. Vimos o relato, vimos o processo e não é isto o que acontece. Seria um chefe de setor distante da sede que teria uma ligação neste sentido e que não seria desta forma colocado, porque o menor teria sim tentado impor à esta pessoa uma coisa que foi transformada na imprensa.

Hoje o diretor, Dr. Moraes, uma pessoa decente que há trinta e cinco anos trabalha na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, está de cabeça baixa, está envergonhado, porque a imprensa, muitas vezes, deflagra a pessoa, mas muitas vezes não vê a verdade. Isto aconteceu com uma pessoa digna, que merece a clemência da imprensa para retratar a sua imagem. Isto nós veremos.

Estamos aqui para salientar também a importância do projeto do nosso amigo Algaci Túlio. Um projeto que trará outros atrás. O projeto da meia entrada, o projeto do passe para os estudantes de meia entrada também. Devemos ajudar os estudantes. Devemos salientar a importância deste projeto em todas as esferas; seja na esfera de prefeituras municipais, seja na esfera de escolas, seja na esfera de universidades. Devemos salientar que os Deputados que aqui estão presentes sabem da importância e saberão votar agora, em terceira discussão, com decência, demonstrando que seus filhos, que seus netos, que muitos aqui têm, serão beneficiados com meia entrada para cultivar, porque a cultura hoje está apagada.

Já dizia Confúcio: "Podemos perder tudo na vida, podem nos roubar tudo na vida, menos a nossa cultura".

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Pela ordem, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Quero recomendar à comissão que foi aos Correios e Telégrafos que escute o presidente do Sindica-

ti da Empresa de Correios e Telégrafos. Porque circula na cidade um impresso, não da imprensa normal, mas assinado pelo Sindicato dos Funcionários dos Correios e Telégrafos, com uma série de denúncias, algumas lamentáveis, outras de crônica policial, como esta de aliciamento de menores, mas também com muitas denúncias comprovadas pela sociedade, como por exemplo as de desvio de correspondência, de queima de correspondência, venda e correspondência como lixo que não é lixo. Eu mesmo sou testemunha de várias correspondências de meu gabinete que chegaram muito depois do prazo fixado pela lei e pelas normas de direito e de bons costumes, às vezes com atraso de até seis meses. E ontem o noticiário da Rede Globo de Televisão mostrava um "container" com correspondência da Europa, retido há um ano no Porto de Paranaguá sob a responsabilidade da Empresa de Correios e Telégrafos, de maneira que o fiasco da atual administração dos Correios do Paraná, não pode se resolver nesse recitativo piedoso, comiserado, extremamente generoso do Deputado Cleiton Kielse - que mais faz lembrar um julgamento da falecida atriz Marcia de Windsor no júri do Chacrinha.

Tudo é uma maravilha, o Correio ganha dez, mas a coisa está realmente muito ruim no Correio. Nós podemos observar, a sociedade paranaense perdeu a confiança nos Correios e Telégrafos nos últimos dois anos.

De maneira, que acho que o Presidente do Sindicato deve ser ouvido também, e esse Diretor do Correio tem que saber, inclusive, do teor do meu pronunciamento aqui - que não tem nada de pessoal, não tem nada de policial - mas tem tudo do usuário insatisfeito com a péssima qualidade de um serviço que prestou, não presta mais.

O SR. CLEITON KIELSE - Senhor Presidente, talvez o Deputado Rafael Greca devesse comparecer a algumas reuniões. Estou com o documento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no qual está escrito (Lê): "Sobre a desova do "container" de carga e importação do Navio Churchill".

Caso o Senhor não saiba, o nosso Porto de Paranaguá não é habilitado a receber cargas importadas, não é habilitado a receber cargas que deveriam ser depositadas em Santos e Rio de Janeiro. E estou aqui com um comunicado do dia 17 de setembro de 1991, o qual foi feito depois que a imprensa refletiu que um ano teria deixado o "container", está no documento. Foi comunicado este "container" dia 17 de setembro deste ano, e esse "container" estaria sob responsabilidade da empresa o qual foi transportado e não do Correios e Telégra-

fos do Paraná.

Eu gostaria que o Senhor tomasse providências sobre o seu comparecimento na Empresa de Correios e Telégrafos.

E "chacrinha" não é bem o que eu falo.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Me permite, Senhor Presidente.

Eu imputo a manifestação do ilustre Deputado, à inexperiência e talvez uma falta de consciência sobre a importância do princípio do contraditório a que esse Poder tem que se nortear, sempre ouvir as duas partes primeiro, antes de formar-se o juízo.

De forma que nós entendemos o posicionamento, mas alertamos ao ilustre Deputado Kielse, que é importante que a Assembleia Legislativa do Paraná adote como norma esse princípio, de sempre ouvir as duas partes para que se possa formar o juízo "a posteriori".

Era isso.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo Questão de Ordem a decidir, a Mesa foi liberal e este assunto é de economia interna da Comissão que foi a Empresa de Correios e Telégrafos. Não é uma Comissão oficial desta Casa.

PRN com a palavra.

(Declina).

PSDB.

(Declina).

PMDB.

(Declina).

PSD.

(Declina).

PT.

Com a palavra, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - "Quinhentos anos lutando pela terra e resistindo pela vida."

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esse foi o tema da 7.<sup>a</sup> Romaria da Terra, realizada no Paraná no último domingo, dia 29 de setembro, promovida pela Comissão Pastoral da Terra do Estado do Paraná.

Já são sete anos seguidos que romeiros se reúnem num ponto, num local em nosso Estado, para refletir os problemas da reforma agrária do Paraná. Neste ano realizou-se a 7.<sup>a</sup> romaria da terra no município de IBEMA no Oeste do Estado onde aproximadamente de oito a dez mil romeiros, apesar de um tempo chuvoso, se reuniram, e muitos fazendo doze quilômetros a pé no barro porque os ônibus não conseguiram chegar ao local, para ali refletirem durante o dia da romaria sobre o problema da terra em nosso Estado. Presente nesta romaria pude

observar romeiros vindos de todos os cantos do Estado do Paraná, ônibus lotados, muitos viajando uma noite para chegar e outra para voltar até suas casas, com uma única esperança em seus olhos.

O objetivo da romaria da terra, que a comissão pastoral da terra promove todos os anos em nosso Estado, é resgatar a história do povo sofrido no sentido de conquistar a terra. A coordenação da romaria para este ano escolheu o tema "Quinhentos anos lutando pela terra e resistindo pela vida", ligando este fato aos quinhentos anos de descobrimento da América Latina, que se comemorará o ano que vem. O objetivo da romaria é aprofundar entre os romeiros que nesses dias se deslocam para o local definido, mostrando, assim, a reflexão sobre, principalmente, a resistência do índio, do negro em favor da reforma agrária, da distribuição da terra e também dos lavradores sem-terra do nosso Estado. Além disso o objetivo da romaria é sensibilizar e conscientizar muitos lavradores que, apesar da política agrícola que expulsa os trabalhadores do campo hoje, ainda resistem em permanecer na terra e sobreviver numa pequena propriedade. O objetivo é conscientizá-los de que a terra é o local, é de onde se tira a sobrevivência da família. Por outro lado, além de conscientizar os próprios lavradores, é no sentido de conscientizar os fazendeiros, os banqueiros, os industriais, os latifundiários deste Estado, também as autoridades deste Estado de que sem a reforma agrária não haverá justiça em nosso País e no Paraná. A reforma agrária é um problema social forte e crucial no nosso Estado e no País nestes dias, nestes tempos em que passamos.

Por que se realizar a romaria da terra no município de IBEMA? Por um fato, por um fato muito importante ocorrido nesse município. É uma área. Senhor Presidente e Senhores Deputados, inclusive a comissão especial tirada desta Assembléia esteve visitando numa viagem ao Oeste do Estado, é um local onde um conflito de terra, para a lamentação de alguns e para a esperança de cento e sessenta famílias que lá se encontram, ocorreu um fato inédito onde, aproximadamente, duzentas famílias que acamparam em uma área abandonada, tendo a colaboração da chuva no dia em que aproximadamente, 1.000 policiais foram realizar o despejo, não o conseguiram e nesta área que hoje ainda não está em conflito para o desespero de alguns gananciosos capitalistas, esta área está ainda sendo produzida pelas 160 famílias de trabalhadores organizadas que se encontram e que desta área já produziram 45 mil sacas de produtos de alimentos para o povo do Paraná, arroz, milho e feijão, e gerando assim vários mi-

lhões de ICM para o Estado do Paraná e para o município de IBEMA.

Então este local da romaria da terra foi um local muito apropriado para os romeiros do Paraná refletirem os problemas da terra do Paraná e eu pude observar o espírito de coletividade, de doação, de luta daquelas 160 famílias de lavradores que lá estão produzindo, em fazer pães e distribuir para os quase 10.000 romeiros que lá estiveram numa celebração de distribuição de pão, numa celebração mística de celebrar o fato, o ato que estava se realizando, onde romeiros do Paraná inteiro lá se reuniram para trazer o seu apoio a produção neste país e o seu apoio a reforma agrária neste país.

Para encerrar eu queria cumprimentar a Comissão Pastoral da Terra do Paraná, parabenizá-la por este evento que muito fez pelos romeiros do Paraná inteiro, que lá compareceram se sensibilizaram com os problemas da reforma agrária.

E para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados quero repetir uma frase que eu ouvi de um lavrador que está, após ter saído das barracas das favelas, está hoje assentado numa área de terra do Paraná, quero repetir aqui uma frase que deverá ficar marcada em nossas mentes. Diz o lavrador: Dono da terra é quem nela trabalha, não são os grileiros, os fazendeiros com suas leis e papéis.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - PL com a palavra. DECLINA.

PFL com a palavra. DECLINA.

PDT. com a palavra o Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu ocupo este Horário da Liderança do PDT, para ler o artigo do Governador Leonel Brizola sobre o que ele qualifica, um grave erro, a venda da Usiminas.

Acusado de estar apegado ainda a crenças nacionalistas dos anos 50, por penas respeitáveis da imprensa nacional, o Governador Leonel Brizola está convocando um comício para a cidade do Rio de Janeiro, para o próximo dia 09 de outubro, para a discussão pública na praça do que ele reputa como um dos grandes equívocos da história moderna do Brasil.

(Lê):

O adiamento da venda da Usiminas foi uma decisão prudente e de alta sensatez do Presidente Fernando Collor.

Com efeito, acima de todas as considerações, o indiscutível é o fato de que a Nação ainda não está amadurecida para julgar se convém ou não vender uma empresa

moderna e lucrativa como a Usiminas. Especialmente, se esta venda for para grupos estrangeiros. Trata-se de uma indústria siderúrgica estratégica, que custou imensos sacrifícios aos nosso povo. Há ainda outras questões graves a elucidar, em torno da transação em si, como é o caso das condições e formas de pagamento admitidas para o leilão.

De outra parte, tudo se desenvolve num ambiente em que imperam as manobras de especulação, aqui e em Nova Iorque. Nosso país vem sendo colocado perante o mundo como aqueles herdeiros perdulários, que se endividaram levianamente e, agora, são instados pelos credores a vender até o fogão da casa onde moram. Que vergonha! Procuraram, isto sim, dourar a pílula amarga da humilhação, sob o argumento de que se trata de pôr em prática a doutrina da privatização, na busca da eficiência e da modernidade.

Prossegue Brizola: Quem poderia ser contra um programa de racionalização e de modernização do Estado? Um programa bem discutido e elaborado alcançaria a unanimidade nacional. Não é isto, entretanto, que se está procurando fazer aqui. Confundem deliberadamente as idéias corretas e necessárias sobre a privatização que o Estado está a carecer com a transferência pura e simples e particulares de parte rentável e nobre de empresas e de serviços públicos, precisamente aonde se realizam grandes investimentos. É o que se tem feito? A venda escandalosamente favorecida a pessoas, a famílias e a grupos dos meios de produção, de um patrimônio imenso, concentrando ainda mais a renda e a riqueza, reforçando uma das chagas do capitalismo brasileiro. É assim que se tem formado grandes fortunas neste país.

Que um Antonio Carlos Magalhães ou um Roberto Marinho pouco se importem em alienar o patrimônio nacional, desde que permaneçam por cima, isto é até compreensível, mas é de se duvidar de um homem jovem como o atual Presidente não venha a se sensibilizar frente aos impasses que vê colocados diante de si, como chefe de Estado, eleito para representar o povo brasileiro em sua totalidade, com independência e com dignidade.

Ao nos desfazermos de uma empresa como a Usiminas, o que obteremos? A rigor, nada irá mudar. Nem mesmo os juros ou os níveis de endividamento. Por outro lado, constituiu-se num argumento que não convence a ninguém a alegação de que vender empresas que dão lucros irá aliviar o Estado de encargos que o impedem de cumprir suas obrigações no campo social. Chega a ser uma ofensa ao simples bom senso das pessoas.

Eu aproveito a presença de tantas moças e moços neste Plenário para essa aula

Curitiba, terça, em 01.10.91

de patriotismo que nos dá o Governador Leonel Brizola. Será que vender uma empresa como a Usiminas, que está dando lucro para o país, tirará o país dos níveis de humilhação diante dos credores internacionais? De novo a mesma questão que o Brasil ainda não resolveu nos anos 50, nem nos 60, nem nos 70, nem nos 80, e que se impõe, talvez, resolva nos anos 90, para que já nos tendo roubado tantas décadas, esta história de espoliação não nos roube o futuro.

Eu acho a venda da Usiminas um episódio comparável por uma analogia à venda da Urbs de Curitiba. A minha família, por exemplo, a família Greca, compraria títulos da dívida ativa ou títulos do Tesouro Municipal emitidos pelo Prefeito Jaime Lerner. Minha mãe fica com a Rua Vinte e Quatro Horas, eu com o Terminal do Pinheirinho, um outro parente com o Terminal da Vila Hauer, um terceiro com o Terminal do Boqueirão, ao Deputado Algaci Túlio se dá o Terminal da Boa Vista e, enfim, nós rateamos a Urbs, que é uma empresa rentável na cidade de Curitiba, feita com dinheiro público e pagamos com moeda podre e daí ainda pousamos como devotos da modernidade e arautos da privatização que vai tão moderna na Europa. Em todas as ocasiões que se conduziu um processo de privatização nos países sociais-democratas da Europa, como a França ou a Espanha, ou a Itália, a moeda da compra ou da venda ou foi a moeda nacional, ou foi dólar, ou foi ouro: jamais foi moeda podre. De maneira que mesmo não concordando com os manifestantes exaltados que, no leilão da Bolsa de Valores do Rio, meteram o pé no traseiro dos investidores internacionais, eu acho que a própria Nação deveria fazer isso, refletindo sobre o papel da destinação das suas riquezas para o bem do seu próprio povo.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 180/91, que dá nova redação ao "caput" do artigo 67 da Lei nº 8993/89. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 180/91  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 67 da Lei nº 8933/89, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 67 - A reincidência sujeita o infrator à multa, estando esta sujeita à atualização monetária".

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25.09.91

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente;

ALCEU SWAROWSKI - Relator.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 173/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que institui pagamento diferenciado para acesso de estudantes em estabelecimentos que realizem espetáculos e atividades que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.E.C.E.. SUBSTITUTIVO GERAL da C.C.J., por unanimidade. Em votação.

O SR. ALGACI TÚLIO (Para encaminhar) - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No momento em que esta Casa vai aprovar em 3ª discussão o Projeto de nossa autoria que visa dar a meia entrada aos estudantes e também aos maiores de 65 anos de idade, é importante que se faça uma análise do que disse ontem o Governador Roberto Requião de Mello e Silva.

Quero crer que depois de uma reunião com os Parlamentares, onde Sua Excelência ironizou bastante, e quero não acreditar naquilo que a Imprensa diz hoje, de que o Governador citou que vai vetar este Projeto de Lei.

Seria talvez até uma incoerência de Sua Excelência porque todos nós conhecemos o seu passado de luta como estudante, que tenho certeza absoluta também, foi usuário da meia entrada na sua época de estudante. Certamente Sua Excelência o Governador, ao tomar como exemplo o filho do banqueiro José Eduardo, tenha feito mais como uma alfinetada política do que propriamente uma vontade de Sua Excelência em vetar o Projeto.

Eu quero fazer algumas colocações aqui neste momento. Argumenta-se que o Projeto é inconstitucional. Ora! O Projeto passou pelas comissões da Casa, recebeu os pareceres favoráveis por unanimidade, já foi

aprovada em 1ª e 2ª discussão por unanimidade, e quero acreditar que hoje, também, passe nas mesmas condições.

O Governador de Santa Catarina eu volto a frisar aqui no último dia 17 de maio sancionou a Lei que permite ao estudante catarinense o direito à meia entrada: "decreto assinado que beneficia 1 milhão e meio de alunos do Estado de Santa Catarina". No Distrito Federal há um Projeto no mesmo sentido em tramitação; No Rio de Janeiro eu tenho confirmação ainda, mas a minha assessoria faz um levantamento neste instante e parece-me que o Governador Brizola também teria sancionado um projeto nas mesmas condições: no Mato Grosso já existe o direito à meia entrada.

Eu pergunto: é constitucional o Governo do Estado ceder à Polícia Militar para dar segurança aos campos de futebol profissional? Eu pergunto se entra algum dinheiro para os cofres do Estado, ou se o dinheiro das entradas vão diretamente para os cofres da Federação Paranaense de Futebol e uma parte deles irá para os cofres da Confederação Brasileira de Futebol? No entanto, todos os jogos e os Srs. Parlamentares do Interior do Estado são testemunhas, nas suas cidades lá está o destacamento da Polícia Militar que é pago com o dinheiro dos impostos dos pais dos alunos, a dar segurança a um espetáculo praticamente particular, porque o dinheiro dos espetáculos de futebol é para pagar o jogador, é para engordar os cofres da CPF e os cartolas que lá estão, em Brasília, no Rio de Janeiro, com o dinheiro do trabalhador paranaense, que vai ao campo de futebol; Será que é direito isso, é constitucional colocarmos lá 50, 100, 200 policiais, gastando combustível com transporte do policial militar? E além do mais, ainda, o risco da própria polícia se envolver em alguma complicação com torcedor e haver desgaste da polícia militar que espancou o torcedor para garantir o espetáculo profissional, que é particular e o dinheiro não vem para os cofres do Estado. E é constitucional colocarmos a polícia militar, a polícia civil a dar segurança a espetáculos particulares que são promovidos em ginásios particulares e até mesmo em praças públicas, promovidos por empresários que nem da cidade são, e que promovem espetáculos com artistas de fora e a polícia militar, o governo é obrigação a colocar a polícia para dar segurança ao artista, a dar segurança àqueles que vão ao espetáculo? É legal isso, senhores Deputados? Este é o momento mais forte que terão os senhores jovens estudantes, se porventura e eu não quero acreditar Sua Excelência, o governador, vier a vetar esse projeto.

Já existe a intenção, inclusive, de



fazer medidas no sentido de que a polícia militar, a área de segurança pública, somente irá dar segurança a espetáculos particulares, se houver uma contrapartida para isso, porque nem sequer o combustível do ônibus da polícia militar é pago ao governo do Estado.

Até a Banda da Polícia Militar quando vem a esta Casa, quando vai a um campo de futebol para executar o Hino Nacional, também vai às expensas do governo do Estado, sem que haja uma contrapartida.

Então, Senhores Parlamentares, eu faço essas indagações, para clarear um pouco a situação colocada em função das declarações do governador, ontem. É preciso que o governador reflita e é preciso que o Governador que tem mostrado pulso firme, muita coragem no combate e até mesmo em interesses particulares de empresários, que faça, como fez o governador catarinense, garanta meia entrada para estudantes apesar do "lobby" dos empresários que ameaçaram até cancelar alguns "shows".

É bem mais importante termos uma plateia de duas ou três mil pessoas, com mil e quinhentas delas pagando bem a entrada, do que ter uma plateia com quinhentas pessoas pagando uma entrada inteira.

Será que o empresário não tem a visão de que ele está promovendo a cultura e ao mesmo tempo, dando condições para que os estudantes possam frequentar um teatro? Aliás, o governador precisa ouvir o Superintendente do Teatro Guaíra, que manifestou-se publicamente pela imprensa, favorável ao nosso Projeto e sugerindo até que fosse estendido aos maiores de sessenta e cinco anos de idade.

Por isso eu tenho a certeza de que a Bancada do PMDB, liderada pelo eminente Deputado Orlando Pessuti, estudante que foi, orador da Casa do Estudante, e certamente que se utilizou na época da sua juventude, não muito distante, diga-se de passagem, também da carteirinha de meia entrada.

Por isso eu solicito aos Senhores Deputados, a Assembléia precisa ajudar a classe estudantil, afastada pelos preços exorbitantes dos espetáculos, a voltar a ocupar os seus lugares nas platéias dos teatros, nos campos de futebol e também em espetáculos particulares, porque, volto a frisar, se empresários estão ficando ricos, a cada dia surge uma nova empresa, onde o cidadão se diz empresário artístico, onde o cidadão traz o artista de fora, vende para um clube social de Curitiba, arrecada-se o dinheiro e muitas vezes até ele vai levar este dinheiro para outro Estado, e nem é daqui o empresário, e nós ficamos aqui a ver navios, ficamos vendo a nossa segurança dando toda a força a estes espetáculos e, no entanto, não temos a

contrapartida neste sentido.

Por isso solicito aos Senhores Parlamentares, o bom-senso neste momento. É o momento desta Assembléia, quando recebe aqui centenas e centenas de jovens, e, talvez, pela primeira vez tiveram a oportunidade de vir a esta Casa de Leis para acompanhar os trabalhos dos Senhores Parlamentares. possam sair daqui e quem sabe até conhecendo um pouco mais da Casa, falando menos da atuação dos Senhores Parlamentares muito mais por desconhecimento por que não acompanham o dia a dia da classe política, mas ouve dizer que político não faz nada, que ganham muito e não resolvem nada, então, é o momento desta Assembléia dar satisfação...

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - (Fas soar os tímpanos).  
(É-lhe tirado o som).

O SR. ALGACI TÚLIO - Para concluir, Senhor Presidente.

É este o momento que esta Casa tem para poder referendar este Projeto aprovando-o em 3.<sup>a</sup> discussão e, depois, cabe à classe estudantil da mesma forma que vieram aqui, não para pressionar, mas prestigiar a Casa e a aprovação do Projeto. Então que façam o mesmo com manifestações educadamente como é da estirpe dos nossos estudantes, mandando telegramas ao Governador, pedindo a sensibilidade do mesmo na sanção desta Lei.

(Aplausos).

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Para encaminhar, Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não era nossa intenção comparecer a esta tribuna na tarde de hoje para colocar o nosso ponto de vista pessoal e até mesmo o da nossa Bancada com referência ao Projeto de Lei de autoria do Deputado Algaci Túlio. Mas, tendo em vista uma série de afirmações em cima de algumas informações, muitas das quais não procedentes, é que nós comparecemos a esta tribuna para conversarmos um pouco com os Senhores Parlamentares.

Todos aqueles que nesta Casa estão, sabem da nossa história político-partidária, bem como na política estudantil. Poucos talvez sabem que em 1969 fomos Vice-Presidente do Grêmio Estudantil da nossa Cidade de Jardim Alegre e, naquela condição, integrante da União Paranaense dos Estudantes Secundaristas. Mas algumas coisas não podem ficar como verdade definiti-



va neste Parlamento, porque não são verdades definitivas. A primeira delas, e através da manifestação e da comparação que faz o nobre Deputado Algaci Túlio, Vice-Presidente desta Assembleia e Vice-Prefeito de Curitiba, acerca da tarefa que muito cumpre a Polícia Militar do Paraná, quando, se apresenta em determinados locais públicos ou particulares para naquele momento prestar segurança à população. Pode não ser, inclusive, Deputado Algaci Túlio, uma disposição constitucional ir a um ginásio de esporte, ir a um teatro, ir a um campo de futebol. Mas é uma obrigação constitucional, sim, da Polícia Militar, dar condições de segurança a todos aqueles que se encontram em qualquer lugar, principalmente por ocasião das aglomerações da população. Esta é uma obrigação da Polícia Militar. Portanto, não vale a comparação de V.Exa. dizendo ser ou não constitucional a presença da Polícia Militar no campo de futebol. Pode até não ser um dispositivo constitucional explícito, mas é uma obrigação da Polícia Militar e dos Governos colocar a serviço da população que vai a um campo de futebol em busca de lazer, encontrar lá também, a segurança e não a insegurança por um momento de felicidade que busca.

Com referência ao veto ou não de S.Exa. o Senhor Governador ao Projeto de Lei, que estabelece a meia entrada, nós estamos conversando com as lideranças do movimento estudantil, e não é de hoje e não foi de ontem. No gabinete da Liderança do PMDB e do Governo, por mais uma vez recebemos a presença de líderes do movimento estudantil dentre eles, inclusive, o filho do Vice-Governador Mário Pereira e a todos eles, nós recomendávamos que a ação não se limitasse apenas e tão somente neste Parlamento, mas que haveria necessidade de se desenvolver uma ação perante o Poder Executivo, perante as entidades privadas que estariam sendo envolvidas com a aprovação deste Projeto. E nós dizíamos naquele momento que por interferir o Projeto na iniciativa privada, poderia S.Exa. o Governador entender que essa ingerência do Poder Executivo Estadual do Poder Legislativo Estadual, nas ações da iniciativa privada, se caracterizasse como um ato de Inconstitucionalidade e por esta razão, ele talvez tivesse que vetar o projeto.

Ainda ontem, fomos nós que, procurados pelas Lideranças Estudantis, abrimos o diálogo com S.Exa. o Governador acerca do assunto, porque em nenhum momento viramos as costas à iniciativa do meio estudantil, das crianças, da juventude ou dos velhos. Agora vir aqui e dizer que o Governador vai vetar, é colocar o carro na frente dos bois, porque o que o Governador afirmou na nossa frente foi o seguinte: "que naquilo

que se referia ao Estado nos órgãos de Administração Pública Estadual", desde aquele momento existia o compromisso do Governador em sancionar o Projeto que ele não via o porquê de não atender essa reivindicação, mas quanto a ingerência do Poder Executivo Estadual, Legislativo Estadual de interferir nas empresas privadas obrigando-as a estabelecer a meia entrada, era um assunto que ele entendia naquele momento inconstitucional e que talvez tivesse que vetar.

Nos solicitou o Governador em cima da argumentação de que outros Estados já haviam implantado essa medida, que o subsidiássemos remetendo à Casa Civil as informações, para que ele pudesse analisar o Projeto que tramita nesta Casa e se necessário sim vetar as partes que julgar inconstitucional.

Então não pode prevalecer aqui o fato definitivo de que o Governador disse que vai vetar, que não vai vetar.

Ele assumiu um compromisso que naquilo que for da atribuição do Poder Público Estadual, ele implanta a "meia entrada", e nas outras questões vai averiguar da Constitucionalidade e recomendou às Lideranças Estudantis, que fizessem o mesmo movimento de convencimento e de conscientização que fazem hoje, aqui, na Assembleia Legislativa, que fazem no Paraná - inteiro, na Câmaras de Vereadores, já que temos recebido dezenas de telegramas e ofícios de Câmaras de Vereadores, que fizessem como no passado se fez, porque no passado a meia entrada era um entendimento das empresas prestadoras de serviços e as entidades estudantis.

Então Sr. Presidente, Srs. Deputados, para que as verdades não se estabeleçam apenas em cima de informações que muitas vezes não refletem a verdade definitiva é que nós comparecemos a esta Tribuna. A nossa Bancada como fez das vezes anteriores, irá aprovar o Projeto, mas se reserva no direito de analisar aquilo que for dito inconstitucional pelo Sr. Governador do Estado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação o Substitutivo Geral. Srs. Deputados que aprovam.

Aprovado.

O Projeto irá à redação final na Sessão de 5ª feira.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução nº 045/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, altera a redação do artigo 1º da Resolução nº 004/90, que autorizou a realização de plebiscito para que a população decida sobre a criação do município de Pinhais. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Substitutivo Geral de Plenário. Com PARE-

CER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.  
Aprovado o substitutivo Geral.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 172/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior, que estabelece critérios e normas para a Execução da Política Habitacional do Estado do Paraná e autoriza o Poder Executivo a criar e dotar de recursos orçamentários o FPHP - FUNDO PARANAENSE DE HABITAÇÃO POPULAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C e C.O. por unanimidade.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 02 (duas), devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 172/91

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

Acrescente-se o seguinte parágrafo ao Artigo 5º do referido Projeto de Lei:

Artigo 5º - ...

Parágrafo Único - Do volume de recursos previstos na Política Habitacional do Paraná 30% (trinta por cento), deverão ser alocados em programas nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01.10.91

(a) NEIVO BERALDIN

Apoio: Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Algaci Túlio.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que a RMC é a que concentra maior parcela da população do Estado, é necessário que aqui haja a concentração de recursos para moradias e lotes. É normal que a RMC atraia um contingente expressivo de trabalhadores do interior, pois lá não encontram o volume de empregos necessários para si e para sua família e migram para a Capital buscando melhores oportunidades. A necessária construção de moradias no interior deve atender as cidades de médio e grande porte existentes.

Nas pequenas somente quando tiverem uma dinâmica comercial e industrial capaz de prover trabalho e renda ao homem que necessite de habitação.

Portanto, a habitação deve estar edificada onde há o emprego, sem o outro não atende a necessidade do trabalhador.

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO Nº 02

Artigo único - O Projeto de Lei n. 172/91, passa a vigor com a seguinte redação:

"Art. 1º - Na forma do que dispõem os artigos 212 e 213, da Constituição Estadual, a execução da Política Habitacional do Estado será realizada pela Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR.

Art. 2º - A execução da Política Habi-

Curitiba, terça, em 01.10.91

tacional do Estado, realizada pela COHAPAR, será integrada à da União e à dos Municípios, mediante a formalização de contratos ou convênios entre a COHAPAR e os órgãos competentes daquela ou destes.

Art. 3º - A Política Habitacional a ser desenvolvida pela COHAPAR, objetivará a solução da carência habitacional do Estado.

§ 1º - Entende-se por carência habitacional a necessidade que possui a população de habitações condizentes com a condição humana, configurando-se como carecedor de habitação, todo cidadão que não possua casa própria, ou a possua em condições subumanas, assim consideradas as habitações que não sigam as normas mínimas dadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e padrões de higiene física e mental, pudor e segurança dos que as habitam, ou que venham a habitá-las.

§ 2º - A habitação deverá estar dentro dos padrões de exigências técnicas e legais.

Art. 4º - A solução da referida carência será buscada através da oferta de financiamento para produção e aquisição de:

- a) lotes urbanizados;
- b) unidades habitacionais isoladas em terreno próprio ou não;
- c) unidades habitacionais em conjuntos residenciais em terreno doado ou não;
- d) habitação rural;
- e) materiais para construção de unidades habitacionais.

§ 1º - Entende-se por lote urbanizado para moradia popular, observadas a legislação federal pertinente e a legislação e o código de zoneamento municipais, aquele resultante do parcelamento do solo urbano, dotado no mínimo de:

- a) água potável;
- b) energia elétrica e iluminação pública;
- c) escoamento de águas pluviais;
- d) acesso à malha viária urbana.

§ 2º - Serão beneficiadas e atendidas somente famílias que ainda não tenham sido contempladas com financiamento habitacional e, para tanto, deverá ser realizado e mantido pela COHAPAR, cadastro de controle, que incluirá todas as pessoas que tiverem acesso como beneficiários dos programas de habitação popular, sendo que deste cadastro serão expedidas certidões nominando, positiva ou negativamente, se o pretendente foi ou não beneficiado.

§ 3º - O cadastro de que trata o parágrafo anterior será mantido com base em relatórios e informações mensais a serem obrigatoriamente enviados à COHAPAR pelas COHAB's - Cooperativas Habitacionais e Agentes Financeiros sediados neste Estado.

§ 4º - Constitue-se em obrigatoriedade

para todos os órgãos e empresas voltados para habitação popular, a exigência da certidão negativa a que se refere o § 2°.

§ 5° - As COHAB's ou Cooperativas Habitacionais que deixem de atender à obrigação de dotar o cadastro da COHAPAR dos nomes dos beneficiários, terão suspensos os recursos para realização de novas obras, a partir da constatação do ato omissivo, podendo voltar a recebê-los tão logo satisfaçam as obrigações transgredidas.

§ 6° - As empresas loteadoras ou loteadores autônomos que pretenderem atender a população de baixa renda deste Estado deverão realizar prévio cadastramento na COHAPAR, informando os lotes produzidos, a infra-estrutura disponível e unidades habitacionais implantadas, diante do que receberão certidão comprobatória autorizativa da aprovação do loteamento e de averbação do mesmo junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente.

§ 7° - Como suporte para atender à demanda habitacional, a COHAPAR poderá gerir poupança para a aquisição de unidades habitacionais e oferecer consórcio para o mesmo fim.

Art. 5° - A COHAPAR deverá atender, no mínimo, o déficit habitacional proveniente do crescimento anual da população de baixa renda do Estado.

Parágrafo Único - Para atender ao disposto neste artigo, a COHAPAR captará recursos de entidades financeiras do Sistema Financeiro de Habitação, por aumento de capital atendidas as condições legais, além da geração de recursos próprios e da dotação orçamentária a cargo de lei específica.

Art. 6° - Fica autorizado o Poder Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente lei, a criar e dotar de recursos orçamentários o Fundo Paranaense de Habitação Popular - FPHP, competindo a administração do Fundo à Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, bem como a utilização daqueles recursos para a produção de habitações para a população de baixa renda.

Art. 7° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.91.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: José Tavares, Severino Félix e Eurides Moura, Alceu Swarowski.

#### JUSTIFICATIVA:

A presente Emenda tem por escopo readequar a matéria da presente Proposição, tornando-a mais consistente dentro dos seus propósitos, além de corrigi-la no tocante à técnica legislativa, o que propiciará sua eficácia e aplicabilidade por

parte do órgão encarregado da atividade fim.

No que refere às alterações materiais, tem-se que estas se justificam pelos seguintes aspectos:

a) para supressão de parte do Art. 3°, § 2°: o parâmetro de 6,00 m<sup>2</sup> por habitante é uma limitador na seleção das famílias. Somente seriam atendidas as famílias que não extrapolassem o limite para o projeto. Como a COHAPAR atua com projetos padrões 1-44 M, 2-32 C e 3-47 C, comumente, famílias com mais de seis membros estariam marginalizadas. Conseqüentemente, para atender a demanda num mesmo conjunto habitacional, teriam que apresentar inúmeros projetos de acordo com o tamanho das famílias selecionadas. Uma vez que a sistemática do Mutirão é de que a casa não é identificada durante a fase de construção e sim através de sorteio, após a conclusão da obra, é que se justifica a alteração pretendida. É de se ressaltar, também, que a Caixa Econômica Federal está aceitando projetos com área mínima de 20,00 m<sup>2</sup>, (BWC mais cômodo de múltiplo uso), o que pelos padrões do Projeto de Lei poderiam atender somente a duas pessoas, sendo que para uma terceira seria necessário mais um cômodo, trazendo como conseqüência o fato de a COHAPAR resta cerceada em sua atuação junto à CEF, abrindo espaço às cooperativas e à iniciativa privada, em detrimento da população mais carente.

b) para alteração da redação do Art. 4°: a solução para os programas habitacionais está diretamente vinculada à existência de financiamento para produção e aquisição de imóveis através de programas habitacionais, que contemplem as necessidades da população de baixa renda do Estado.

c) para alteração do Art. 4°, § 1°: à redação de "...destinação de dejetos sanitários (atendidas as condições de salubridade) ..." subentende-se que obrigatoriamente o lote deveria ser dotado de rede de esgoto ou fossa séptica e sumidouro, o que inviabilizaria o programa.

d) para inclusão de Agentes Financeiros no § 2°, do Art. 4°: os agentes financeiros são administradores dos recursos financeiros existentes para aplicação em programas habitacionais, cabendo-lhes obrigatoriamente a administração dos créditos após concluída a obra, o que corresponde à existência de um cadastro de mutuários já beneficiados com lote ou imóvel.

e) para inclusão de unidades habitacionais implantadas, no § 6°, do Art. 4°: a COHAPAR tomará conhecimento das unidades habitacionais a serem implantadas no Estado, cabendo-lhe aplicar a Política Habitacional do Governo, para a aprovação do loteamento.

f) para complementação do Art. 6º: à COHAPAR cabe, além da administração do Fundo Paranaense de Habitação Popular, a produção de lotes e ou unidades habitacionais para a população de baixa renda.

As demais correções são atinentes a aspectos de técnica legislativa, reportando-se somente à forma.

O Projeto retorna às Comissões competentes.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/91, de autoria do Tribunal de Contas - OF 1037/91, que reajusta em 20% (vinte por cento), os níveis de vencimentos dos Membros do Corpo Especial, dos Procuradores do Estado junto ao Tribunal de Contas, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e das outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo).

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/91, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, que reajusta a partir de 01 de setembro de 1991, no índice percentual de 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos servidores, bem como os salários do pessoal regido pela C.L.T., da Procuradoria Geral de Justiça. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 419/91, de autoria do Tribunal de Justiça, ficam reajustados em 20% (vinte por cento) os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissões e funções gratificadas dos servidores integrantes do Quadro de Pessoal das Secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 051/91, de autoria do Deputado Anibal Khury, que altera o Art. 1º, da Resolução nº 68/90 de 25.09.90. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 017/91, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de Utilidade Pública, a Assistência Social e Educacional do Movimento Bíblico, com sede e foro no município de Ponta Grossa do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. Publ. no DA. nº 06, de 20.02.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 017/91

PARECER:

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do nobre Deputado Djalma de Almeida César, que visa a declaração de utilidade pública da Assistência Social e Educacional do Movimento Bíblico, se encontrava nessa Comissão aguardando transcurso do prazo previsto no art. 1º, inciso I, da Lei 6994/78, quando então estariam satisfeitas todas as condições para sua aprovação o que ocorreu em 10 de agosto último.

Assim, somos de Parecer Favorável à sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 17.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 308/91, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paulo Frontin o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 89, de 05.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 308/91

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Valdir Rossoni chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Paulo Frontin, o imóvel que especifica, para uso da administração municipal.

O Projeto está elaborado em conformidade com as disposições regimentais desta ilustre Casa de Leis, tendo sido devidamente justificado.

Da mesma forma atende ao dispositivo da Constituição do Estado do Paraná, que em seu art. 10 enuncia:

"Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social".

Assim, por não apresentar nenhum impedimento de ordem regimental ou constitucional, manifesto-me favoravelmente pela tramitação do presente.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 22.08.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 308/91

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Valdir Rossoni, "autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paulo Frontin, o imóvel que especifica".

A presente justificativa que acompanha o Projeto nos diz que o imóvel a ser doado, será para o uso da Administração Municipal, visando solucionar um problema emergencial no referido Município.

Nesta ordem de idéias, seguimos o entendimento da Douta Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se favorável à sua APROVAÇÃO, manifestamos também, o nosso Parecer Favorável, opinando pela Aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

DOBRANDINO DA SILVA

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 308/91. Deferido.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 308/91.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 375/91, de autoria do Deputado Severino Félix, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jataizinho, área que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T.I.C., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 104, de 27.08.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO N° 375/91

P A R E C E R:

Em analisando a proposição supra, de autoria do nobre Deputado Severino Félix, sob os critérios legais e regimentais, bem como sua adequação ao preceituado pelo artigo 10 da Carta Constitucional Estadual.

Nenhum óbice encontramos, que possa inviabilizar ou obstar a pretensão.

Pelo que nosso Parecer é Favorável a apreciação pelo Egrégio Plenário.

Sala das Sessões, em 03.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE TERRAS,  
IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PROJETO DE LEI N° 375/91

Que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jataizinho, área que especifica.

P A R E C E R:

Em examinando o presente projeto de Lei, não há óbice para o prosseguimento do mesmo, pois em conformidade com a legislação vigente.

O Parecer é pela sua apreciação ao Douto Plenário.

Sala das Sessões, em 18.09.91.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

DOMINGOS CARVALHO

Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Severino Félix, constante do expediente, solicitando o adiamento de discussão por 05 (cinco) sessões do Projeto de Lei n° 375/91. Deferido.

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei n° 375/91.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 390/91, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de Utilidade Pública à Associação de Negritude e Ação Popular. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 109, de 04.09.91).

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 390/91

AUTOR: Deputado Algaci Túlio

P A R E C E R:

I. O ilustre parlamentar propõe Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública a Associação Cultural de Negritude e Ação Popular, com sede e foro nesta Capital.

II. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de Utilidade Pública.

Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável, pela Aprovação.

Sala das Comissões, em 17.09.91.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora



1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/91, de autoria do Deputado Heinz Georg Herwig, que autoriza a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 120, de 23.09.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO

P A R E C E R:

Esta Comissão da Constituição e Justiça, procedendo a análise do Projeto de Resolução nº 55/91, de autoria do nobre Deputado Heinz Georg Herwig, que objetiva autorizar a realização de plebiscito na área que especifica, para que a população decida sobre a criação do Município de Carambei.

O Presente Projeto de Resolução, visa o cumprimento de dispositivo Constitucional, para que a Lei nº 9350 de 23 de agosto de 1990, que criou o mencionado Município, possa produzir seus efeitos legais.

Por tais fatos, emitimos o nosso parecer FAVORÁVEL, nos permitindo ainda opinar pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 30.09.91

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente, solicitando cancelamento do regime de urgência e o adiamento de discussão e votação por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução nº 55/91. Aprovado.

Ainda, sobre o referido projeto, Emenda ao requerimento do Sr. Deputado acima citado (Domingos Carvalho), de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente, solicitando adiamento de discussão por 10 (dez) sessões do Projeto de Resolução nº 55/91, onde se lê 10 (dez) Sessões, leia-se 02 (duas) Sessões. Aprovado.

Para Encaminhar a Votação, com a palavra o Deputado Domingos Carvalho.

O SR. DOMINGOS CARVALHO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Entrei com um Requerimento adiando por algumas Sessões o Projeto de Lei nº 55/91, de autoria do nobre Deputado Heinz Herwig, a respeito da emancipação do Distrito da Carambei a município.

Gostaria de dizer a este Plenário que pelo fato d'eu representar aquele Município e o Município de Castro, é a minha obrigação estar atento, aqui nesta Assembleia, a tudo que venha a ocorrer com

aquela minha região. E, ao analisar este Projeto de Lei, constatei que existem algumas discordâncias, principalmente no que diz respeito ao memorial descritivo.

No primeiro memorial descritivo, da lei anterior, de nº 9.380, não coincide com o memorial descritivo da atual lei, que deveria estar em votação hoje. Aonde diz, por exemplo, "sobe", no outro projeto diz "desce".

Acredito que estes fatos não tenham sido considerados, e talvez tenham passado despercebidos. Mas, como se trata de divisas de um distrito, onde não existe hoje uma concordância das duas populações, de Carambei e Castro, onde nem todos estão a par dos problemas que se passam e nem todos concordam com as divisas, existindo inclusive um movimento expansionista de Carambei, é importante que esta Casa, antes de aprovar este Projeto, reveja estes memoriais descritivos. Inclusive temos aqui na página 21 um outro memorial descritivo, que também nada diz com os dois primeiros. Inclusive penetrando, mais ou menos em grande área do Município de Ponta Grossa. Por isso estou aqui hoje, pedindo o adiamento através deste Requerimento, espero que os companheiros colaborem conosco, a fim de que esse Projeto, realmente, tenha uma análise mais aprofundada pelo seu autor e que volte, para que seja aprovado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Há emenda do Deputado Heinz Herwig, adiando para duas Sessões. Os Srs. Deputados que aprovam a emenda conservem-se como estão. provada a emenda, fica prejudicado o original. Está retirado por duas Sessões.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 057/91, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que autoriza a realização de plebiscito na área descrita, a fim de que a população decida sobre a criação do município de Rio Bonito do Iguaçu, desmembrado do Município de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 057/91  
A Assembleia Legislativa  
do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de plebiscito na área adiante descrita, no Município de Laranjeiras do Sul, a fim de que a população decida sobre a criação do Município de RIO BONITO DO IGUAÇU:

"Inicia-se junto às cabeceiras do Rio Crim, deste ponto segue o referido Rio a jusante, até encontrar o reservatório da



Usina de Salto Santiago, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; segue a jusante, pela margem do reservatório da Represa de Salto Santiago até a barragem; deste ponto, ainda a jusante, agora pelo Rio Iguaçu, até encontrar o reservatório da Usina de Salto Osório, segue margeando a referida Represa até a foz do Rio das Cobras, confrontando com terras dos Municípios de Chopinzinho e Sulina; segue a montante pelo Rio das Cobras até encontrar a ponte da Estrada de Rodagem que liga Laranjeiras do Sul a Quedas do Iguaçu, confrontando com terras do Município de Quedas do Iguaçu; deste ponto segue pela referida Estrada de Rodagem na direção de Laranjeiras do Sul até a sede do Patrimônio KM 130, confrontando até o Rio Xagu com o futuro Município de Nova Laranjeiras e do Rio Xagu até o KM 130 com o Município de Laranjeiras do Sul; da sede do KM 130, segue por linha reta de aproximadamente 7.000m., encontrando a estrada asfaltada BR-158 e a encruzilhada da estrada Municipal de Arroio Novo, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul; deste ponto segue por linha reta de aproximadamente 6.500m. até o ponto inicial desta descrição, confrontando com terras do Município de Laranjeiras do Sul."

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 24.09.91

a) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

O SR. RAFAEL GRECA - (Pela Ordem) Requeiro a inclusão na Ordem do Dia de amanhã, do Projeto de Lei n. 198/91, da municipalização das multas de trânsito, que teve o seu prazo de suspensão de 5 Sessões para reflexão do Governo - vencido no último dia 26. E no mesmo dia 26 eu pedi urgência ao Projeto e ele ainda não retornou.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O 198/91, a Mesa vai analisar e se for o caso fará constar na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n. 2554, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2560, de autoria do Senhor Deputado Rossoni, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2545, de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2568, 2569, de autoria do Senhor Deputado Albino Corazza,

constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de ns. 2546, 2547, 2548, 2549, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2550, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2551, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. Encaminhe-se através da Secretaria de Estado da Segurança.

Requerimentos de n. 2566, 2567, de autoria do Senhor Deputado Dalton Machuca, constantes do expediente. Aprovados. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2557, de autoria do Senhor Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2553-A, de autoria do Senhor Deputado Élio Rusch, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2562, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2552, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2555, de autoria dos Senhores Deputados Geraldo Cartário, Rossoni, Orlando Pessuti e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2556, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 2561, de autoria dos Senhores Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, constante do expediente. Em discussão.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra pela ordem.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, entendemos que o requerimento da maneira como está sendo colocado à apreciação do Plenário não poderá ser recebido por esta Mesa.

Entendemos, entretanto, que o tratamento que foi dado à questão da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, poderia também ser dado neste caso da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil,

onde uma representação de Parlamentares, indicada pelas lideranças de forma não oficial por esta Assembléia Legislativa, mas que pudessem lá comparecer e estabelecer um diálogo a exemplo do que aconteceu com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Procede a questão de ordem de Vossa Excelência. Na forma que a Mesa adotou para o atendimento à solicitação que se refere aos Correios e Telégrafos, a Mesa pediria que extra-oficialmente se reúnam os Deputados, através de comum acordo com as lideranças e que solicitem à direção da Caixa e do Banco do Brasil uma audiência para tentar evitar que estas demissões ocorram.

Ao Sr. 1º Secretário para entrar em contato junto à Superintendência Regional do Banco do Brasil para ver da possibilidade do recebimento de uma Comissão de Deputados.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Só para que possamos informar aos companheiros estudantes que estão nas galerias que o projeto que eles aguardam ansiosamente já foi votado e aprovado por esta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução nº 045/91.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 17/91, 390/91, e do Projeto de Resolução nº 057/91.

Levanta-se a sessão.

#### Atas das Comissões:

##### COMISSÃO DE FINANÇAS

12ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de um mil novecentos e noventa e um, reuniu-se ordinariamente na sala de reunião das Comissões, a Comissão de Finanças, sob a presidência do Senhor Deputado Durval Amaral, mais a presença dos seguintes Senhores Deputados: Mário Bezerra, Renato Adur, Alceu Swarowski, Nelson Garcia, José Alves e mais a presença do Deputado Neivo Beraldin. Havendo número legal o Senhor Presidente dá início aos trabalhos. Dispensada

Curitiba, terça, em 01.10.91

a leitura da Ata da reunião anterior, face a distribuição antecipada, foi a mesma aprovada. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 259/91, de autoria do Deputado Nilton César Servo. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 280/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. O Deputado Renato Adur pede a palavra e faz algumas considerações, perguntando ao Relator se este Projeto de Lei foi convertido em diligência, junto a Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia? O Relator informa que não. Na sequência o Deputado Renato Adur diz que se aprovarmos este Projeto, estaremos criando uma falsa expectativa à população. Usaram, ainda, da palavra os Deputados Neivo Beraldin, Alceu Swarowski e José Alves. Ao final das discussões, o Relator esclarece que podemos aprovar o Parecer da forma que está pois a decisão final será do Plenário desta Casa. Encerrada a discussão o Presidente coloca o Parecer do Projeto de Lei em votação, o qual foi APROVADO por unanimidade. 03) Projeto de Lei nº 373/91, de autoria dos Deputados Ernani Pudell e Doutor Rosinha. Relator Alceu Swarowski. Parecer FAVORÁVEL pela apreciação em Plenário - APROVADO. 04) Projeto de lei nº 372/91, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. Relator Deputado Nelson Garcia. Parecer CONTRÁRIO - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 410/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 76/91. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 411/91, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 77/91. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados presentes, e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL  
Presidente  
WILSON PENKA  
Secretário

##### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro de um mil, novecentos e noventa e um, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sob a presidência do Deputado Alceu Swarowski e mais a presença dos seguintes Deputados membros da Comissão: Emília Belinati, Mário Bezerra e Basílio Zarusso. Havendo número legal o Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1)

Projeto de Lei nº 338/91, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator: Deputado José Afonso Júnior. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Lei nº 366/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Relator: Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, demais membros presentes à reunião e por mim Alan Marcos Andrade, secretário da Comissão.

(aa) ALCEU SWAROWSKI

Presidente

Alan Marcos Andrade

Secretário

#### COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

#### 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA - 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA ATA DA 8.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de hum mil novecentos e noventa e um, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a Presidência do Senhor Deputado Toti Colaço. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos com a seguinte Ordem do Dia: 1) Projeto de Resolução nº 048/91, de autoria

da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 2) Projeto de Resolução nº 049/91 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 3) Projeto de Resolução nº 050/91 de autoria da Comissão de Constituição e Justiça. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 4) Projeto de Lei Complementar nº 161/91, de autoria dos Senhores Deputados Plauto Miró Guimarães e Emília Belinati. Relator Deputado Élio Lino Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 5) Projeto de Lei nº 356/91, de autoria do Senhor Deputado Carlos Simões. Relator Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 6) Projeto de Lei nº 378/91, de autoria do Senhor Deputado Ademair Luiz Traiano. Relator Deputado Dobrandino da Silva. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, laurei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Sandro Alberto Figueiredo, Secretário da Comissão.

(aa) TOTI COLAÇO

Presidente

Sandro Alberto Figueiredo

Secretário